



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS



Prospecto de acordo com
o Código de Auto-
Regulação da ANBID para
os Fundos de
Investimentos

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de Cotas deste **FUNDO** não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do **FUNDO**, de sua Instituição **ADMINISTRADOR** e demais instituições prestadoras de serviços."

ATUALIZADO EM 10 DE AGOSTO DE 2009.

**PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 2ª EMISSÃO DE COTAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS
BCSUL VERAX MULTICRED FINANCEIRO**

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE 15.000 (QUINZE MIL) COTAS SENIORES DA 2ª SÉRIE, COM VALOR UNITÁRIO DE R\$ 10.000.00 (DEZ MIL REAIS), PERFAZENDO UM PATRIMÔNIO DE:

R\$ 150.000.000,00

**ADMINISTRAÇÃO – CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E
VALORES MOBILIÁRIOS**

GESTÃO – BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

CNPJ Nº 07.766.151/0001-02

AUSTIN RATING: AA+

BENCHMARK DE 118% DO CDI



EMIÇÃO DA SEGUNDA SÉRIE DE COTAS DO **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX MULTICRED FINANCEIRO** (O "FUNDO"), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E A INSTRUÇÃO CVM Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº **07.766.151/0001-02**, ADMINISTRADO POR **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, SOCIEDADE COM SEDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA AV. PRESIDENTE WILSON, Nº 231, 24º ANDAR, PARTE, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 62.382.908/0001-64, AUTORIZADA PELA CVM A PRESTAR O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ATRAVÉS DO ATO DECLARATÓRIO Nº 8.282



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**



DE 12 DE ABRIL DE 2005 (O “**ADMINISTRADOR**”), GERIDO POR **BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, SOCIEDADE COM SEDE NA CIDADE DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, NA RUA FUNCHAL, Nº 418, 8º ANDAR, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 05.917.347/0001-17 E AUTORIZADA PELA CVM A PRESTAR O SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRA DE VALORES MOBILIÁRIOS ATRAVÉS DO ATO DECLARATÓRIO Nº 7.509, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003 (A “**GESTORA**”), CUJA CONSTITUIÇÃO FOI DELIBERADA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO **FUNDO**, EM 28 DE DEZEMBRO DE 2005, CONFORME REGISTRO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2005, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1579662, TENDO O REGULAMENTO DO FUNDO SIDO ALTERADO EM 05 DE JANEIRO DE 2006, CONFORME REGISTRO DE 06 DE JANEIRO DE 2006, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1580357; ALTERADO EM 31 DE MARÇO DE 2006, CONFORME REGISTRO DE 04 DE ABRIL DE 2006, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1587820; ALTERADO EM 27 DE ABRIL DE 2006, CONFORME REGISTRO DE 02 DE MAIO DE 2006, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1589983; ALTERADO EM 17 DE NOVEMBRO DE 2006, CONFORME REGISTRO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1607400; ALTERADO EM 23 DE NOVEMBRO DE 2006, CONFORME REGISTRO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1608203; ALTERADO EM 13 DE ABRIL DE 2007, CONFORME REGISTRO DE 15 DE MAIO DE 2007, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1622947; ALTERADO EM 30 DE ABRIL DE 2008, CONFORME REGISTRO DE 18 DE JUNHO DE 2008, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1653425; E, POR FIM, ALTERADO EM 08 DE JULHO DE 2009, CONFORME REGISTRO DE 15 DE JULHO DE 2009, NO 1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ, SOB MICROFILME Nº 1679312;

ATO DE DELIBERAÇÃO CVM DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: OFÍCIO/CVM/SRE/Nº 83/2006, DE 13.01.2006 / NÚMERO DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO JUNTO À CVM: OFÍCIO/CVM/SRE/Nº 2582/2006, DE 29.11.2006. CÓDIGO ISIN DAS COTAS SENIORES DA 2ª SÉRIE: BRVRXMCTF021 / CÓDIGO ISIN DAS COTAS SUBORDINADAS: BRVRXMCTF013.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO - ANBID (“ANBID”) PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”).

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO **FUNDO** E/OU VENDA DAS COTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO **FUNDO**, DO **ADMINISTRADOR** E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO **FUNDO**.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO **ADMINISTRADOR** OU DA **GESTORA** DE QUE O OBJETIVO DO **FUNDO** SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO ‘FATORES DE RISCO’ DESTES PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 10 A 15, BEM COMO OS PARECERES LEGAIS DISPONÍVEIS NO ANEXO VI DESTES PROSPECTO.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA DO **FUNDO** MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O **FUNDO** E PARA OS COTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.



O **FUNDO** NÃO CONTA COM GARANTIA DE SEU **ADMINISTRADOR**, DA **GESTORA** DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO **FUNDO**, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO **FUNDO**, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO **FUNDO**, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O **FUNDO** ESTÁ EXPOSTO.

TODO COTISTA, AO INGRESSAR NO **FUNDO**, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO **FUNDO** QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO **FUNDO**, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO **FUNDO**, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO **ADMINISTRADOR**, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO **FUNDO** E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO **FUNDO** E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS. O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS COTISTAS DO **FUNDO** DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO **FUNDO**, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS COTISTAS E AO **FUNDO**, VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O **FUNDO** E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO AO **ADMINISTRADOR**.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**



ÍNDICE

DADOS DO FUNDO	ERF
PRESTADORES DE SERVIÇOS:	6
CARACTERÍSTICAS GERAIS	ERF
PÚBLICO ALVO	7
OBJETIVO DO FUNDO	7
BENCHMARK DA 2ª SÉRIE DE COTAS	7
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	7
POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	7
Condições de Cessão de Direitos Creditórios	8
Crerios de Elegibilidade de Direitos Creditórios	Erro
Política de Concessão de Créditos	Erro
Cobrança e Coleta dos Direitos Creditórios	Erro
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:	9
Derivativos	10
Operações Compromissadas	10
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	11
Limites de Concentração nas Operações de Middle Market	11
Limites de Concentração (Entes Públicos Conveniados e Sacados)	11
CONCENTRAÇÃO POR SACADOS (SERVIDOR PÚBLICO, APOSENTADO OU PENSIONISTA)	13
Contrapartes	13
DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS COTAS SENIORES E SUBORDINADAS	15
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	19
CONTROLADORIA/CUSTÓDIA	19
RELAÇÃO SOCIETÁRIA ENTRE OS PARTICIPANTES (CONFLITOS DE INTERESSES)	20
DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA	20
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO	20
CONTRATO DE CESSÃO	20
CONTRATO DE GESTÃO	21
CUSTÓDIA DOS ATIVOS DO FUNDO E ESCRITURAÇÃO DAS COTAS	21
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	21
EMPRESA DE AUDITORIA	21
DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO COTISTA	21
OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR	21
OBRIGAÇÕES DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	22
VEDAÇÕES AO ADMINISTRADOR	22
SITUAÇÕES ESPECIAIS	23
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	23
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	25
FATORES DE RISCOS	26
TAXAS E ENCARGOS	29
DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	30
BREVE HISTÓRICO DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	31
BREVE HISTÓRICO DA CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM (ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDORA)	ERF
BREVE HISTÓRICO DA BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. (GESTORA)	ERF
BREVE HISTÓRICO DO DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO (CUSTODIANTE)	ERF
BREVE HISTÓRICO DA AUSTIN RATING (AGÊNCIA DE RATING)	ERF
BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES (AUDITOR INDEPENDENTE)	ERF
BREVE HISTÓRICO DE FREITAS E LEITE ADVOGADOS (ASSESSOR JURÍDICO)	ERF
TRIBUTAÇÃO	33
TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO	33
IMPOSTO DE RENDA	34
TRIBUTAÇÃO SOBRE OS COTISTAS	34
I. ALIENAÇÃO DE COTAS	34
III. AMORTIZAÇÃO DE COTAS	35
PERÍODICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	35



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**



ATENDIMENTO AO COTISTA.....	35
EXEMPLARES DO PROSPECTO.	35
ANEXO I - RELAÇÃO DE GRUPOS DE ENTES PÚBLICOS.....	36
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO	37
ANEXO III – REGULAMENTO	38
ANEXO IV – RELATÓRIO DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	85



CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

O **FUNDO** é um Fundo de Investimento em Direitos de Crédito constituído sob a forma de condomínio fechado e observa as disposições do seu Regulamento.

O **FUNDO** terá prazo de duração 20 (vinte) anos.

A base legal do **FUNDO** é a Resolução CMN 2.907, a Instrução CVM 356 e a Instrução CVM 400.

PRESTADORES DE SERVIÇOS:

ADMINISTRADOR DISTRIBUIDORA DE COTAS:	E	Cruzeiro do Sul S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Diretor Responsável: Marcelo Xandó Baptista Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar Centro Rio de Janeiro – RJ CEP 20030-021 CNPJ/MF: 62.382.908/0001-64 Telefone: (21) 3861-4100 / Fax: (11) 3044-0944 Site: www.bcsul.com.br
GESTORA:		BCSUL Verax Serviços Financeiros Ltda. Diretor Responsável: Márcio Serra Dreher Rua Funchal, nº 418, 8º andar Vila Olímpia São Paulo – SP CEP 04551-060 CNPJ: 05.917.347/0001-17 Telefone: (11) 3848-1800 / Fax: (11) 3044-0944 Site: www.verax.com.br
CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DAS COTAS:		Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares Itaim Bibi São Paulo - SP CEP 04538-132 CNPJ: 62.331.228/0001-11 Telefone: (11) 2113-5000 / Fax: (11) 2113-5170 Site: www.db.com/brazil/
AUDITORIA:		KPMG Auditores Independentes Rua Renato Paes de Barros, nº 33 Itaim Bibi São Paulo – SP CEP 04530-904 CNPJ/MF: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000 / Fax: (11) 3067-3001 Site: www.kpmg.com.br



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 110, Conj. 73 Itaim Bibi São Paulo – SP CEP 04542-000 CNPJ/MF: 05.803.488/0001-09 Telefone: (11) 3377-0707 / Fax: (11) 3377-0739 Site: www.austin.com.br
ASSESSORIA JURÍDICA:	FreitasLeite, Fagundes Advogados Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, 9º Andar Vila Olímpia São Paulo - SP CEP 04547-006 CNPJ: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3202-3200 / Fax: (11) 3202-3201 Site: www.flflaw.com.br

PÚBLICO ALVO

O público alvo do Fundo são investidores qualificados que busquem para suas aplicações rendimentos, no médio e longo prazo, superiores ao CDI e rentabilidade condizente com a política de investimento do Fundo. Esclarece-se que não há critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores. Assim, qualquer investidor que preencha os requisitos de investidor qualificado, definidos pela CVM, seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir cotas do Fundo.

OBJETIVO DO FUNDO

É objetivo do Fundo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento, na aquisição de direitos creditórios de natureza financeira oriundos de operações bancárias originadas pelo BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. ("o Banco"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 9º andar, e inscrita no CNPJ sob o nº 62.136.254/0001-99, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do BANCO e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), de acordo com as normas aplicáveis e vigentes.

BENCHMARK DA 2ª SÉRIE DE COTAS

A segunda série de cotas seniores do Fundo será composta por até 15.000 (quinze mil) cotas seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A segunda série de cotas seniores possui um benchmark de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 118% (cento e dezoito por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. Entretanto, tal não constitui promessa do Administrador e/ou da Gestora sobre a rentabilidade do Fundo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

POLÍTICA DE INVESTIMENTO:

Para atingir seu objetivo, o Fundo utiliza-se de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento do Fundo.



Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo alocará, no mínimo, 50,01% (cinquenta vírgula zero um por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de operações bancárias originadas pelo Banco, pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do Banco e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes.

Os direitos creditórios que comporão a carteira do Fundo são operações bancárias originadas pelo Banco, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do Banco e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes, a Pessoas Físicas e Jurídicas que busquem a obtenção de crédito. Para que possam ser adquiridos para a carteira do Fundo, os Direitos Creditórios devem atender às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade definidas no Regulamento e mencionadas abaixo. Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição de elegível após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Administrador, a Gestora ou contra o BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A., salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Não obstante a diligência da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista. Tendo em vista as características da política de investimento, o Fundo não apresentará, em nenhuma hipótese, patrimônio líquido negativo.

Condições de Cessão de Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem atender cumulativamente às seguintes Condições de Cessão, conforme o respectivo caso:

I - Nas Operações de Crédito:

- a) decorram de operações bancárias originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes, a Pessoas Físicas e Jurídicas que busquem a obtenção de crédito, com taxas de juros pós ou pré fixadas;
- b) não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas vencidas e não pagas junto ao **BANCO**, bem como às empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil há mais de 60 (sessenta) dias;
- c) as operações bancárias originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes, podem ser acompanhadas de garantias;
- d) decorram de contratos de firmados entre o **BANCO** e os Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros pré-fixadas; e
- e) os Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO** não poderão ser oriundos de cessões de crédito originadas a partir de contratos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, vinculados a Entes Federativos Conveniados que, em um prazo de até 90 (noventa) dias, apresente percentual de atraso na entrega de valores por ele consignados de seus Servidores Públicos e já cedidos ao **FUNDO** igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.

II – Nas operações de Empréstimo Pessoal:

- (a) decorram de operações de empréstimo concedidos pelo **BANCO** a Servidores, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros pré-fixadas;



(b) decorram de operações de empréstimo concedidos pelo **BANCO** a Servidores efetivos com idade entre 18 (dezoito) e 75 (setenta e cinco) anos, ou a Aposentados e Pensionistas com idade entre 18 (dezoito) e 80 (oitenta) anos;

(c) tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Servidores, Aposentados e Pensionistas;

(d) os sacados, ou seja, Servidores, Aposentados e Pensionistas que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, empréstimos com parcelas vencidas e não pagas ao **FUNDO** e ao **BANCO** há mais de 60 (sessenta) dias; e

(e) os direitos creditórios adquiridos pelo **FUNDO** não poderão ser oriundos de empréstimos que tenham como devedores Servidores, Aposentados ou Pensionistas vinculados a um dado Ente Federativo Conveniado ou INSS, caso o referido Ente Federativo Conveniado ou o INSS, ao longo de um período de 90 (noventa) dias anteriores à data da cessão pretendida, tenha apresentado atraso na entrega de valores consignados relativos aos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO** pelo Ente Federativo Conveniado ou pelo INSS, igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição de elegível após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** ou **CUSTODIANTE** salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:

Após 90 dias do início das atividades do Fundo, no mínimo 50% e no máximo 100% de seu patrimônio líquido deverá ser representado por direitos creditórios oriundos de operações bancárias originadas pelo Banco, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do Banco e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes referentes a: a) operações de crédito e financiamento de empresas, preponderantemente no segmento de "middle market", tais como: cédula de crédito bancário, contratos de mútuo, empréstimos para capital de giro, desconto de títulos, financiamento de tributos e tarifas públicas, assunção de dívidas, garantias, cessão de direitos, crédito rotativo, financiamentos em geral, etc; e b) operações de empréstimo pessoal e crédito direto ao consumidor, através de contratos de empréstimo e cédula de crédito bancário ("CCB"), sempre na modalidade de crédito com consignação em folha de pagamento a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) títulos de emissão dos Estados e Municípios;
- e) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
- f) demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, excetuado cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); e
- g) depósitos a prazo com garantia especial do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.692 de 26 de março de 2009 ("DPGE") ou em ativos lastreados em DPGE, a exemplo de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento que invistam prioritariamente em DPGE.

Relativamente aos ativos financeiros e/ou modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO**:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica financeira ou não financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do



FUNDO, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**;

O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** atue como contraparte do **FUNDO**.

O **FUNDO** poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em direitos creditórios do **BANCO**, bem como em direitos creditórios das empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO**.

Com relação aos ativos previstos na alínea “f” acima, somente poderão ser adquiridos pelo **FUNDO** aqueles que caracterizem-se como de baixo risco de crédito, classificados como “investment grade” por qualquer agência de classificação de risco situada no país e, necessariamente, pela agência classificadora de risco das cotas seniores; e

Com relação ao ativo listado na alínea “g” acima:

I – o valor aplicado pelo **FUNDO** não deverá exceder o limite máximo vigente da garantia prestada pelo FGC para cada depositante; e

II – incidirá o desconto anual de 10% (dez por cento) aplicado sobre o limite máximo vigente da garantia prestada pelo FGC para cada depositante na data do efetivo depósito.

A taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios será definida a cada cessão realizada pelos Cedentes ao **FUNDO**, nos termos dos Contratos de Cessão.

Derivativos

O **FUNDO** poderá alocar o equivalente a até 45% (quarenta e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, desde que exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do disposto acima, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Operações Compromissadas

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, observado o disposto no artigo 21 deste Regulamento.

Tabela resumo da composição da carteira do Fundo:

Ativo	Mínimo (% do Patrimônio Líquido do Fundo)	Máximo (% do Patrimônio Líquido do Fundo)
Direitos Creditórios (após 90 dias de início das atividades do Fundo)	50%	100%
Derivativos	Zero	45%
Exclusivamente para proteção?	Sim	
Operações Compromissadas	Zero	49%



Limites de Concentração

Respeitadas as regras de composição da carteira descritas nos itens acima, o Administrador pode livremente definir o grau de concentração da carteira do Fundo.

Relativamente aos ativos financeiros e/ou modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica financeira ou não financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do Fundo nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do Fundo;

O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em direitos creditórios do Banco, bem como em direitos creditórios das empresas do mesmo Grupo Econômico do Banco.

Com relação aos ativos previstos na alínea “f” acima, somente poderão ser adquiridos pelo Fundo aqueles que caracterizem-se como de baixo risco de crédito, classificados como “investment grade” por qualquer agência de classificação de risco situada no país e, necessariamente, pela agência classificadora de risco das cotas seniores; e

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio, devendo, para tanto, ser observada a regra prevista nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 55 do Regulamento do Fundo.

Limites de Concentração nas Operações de Middle Market

Na aquisição de direitos creditórios descritos na alínea “a” do parágrafo único do artigo 12 do Regulamento, o Fundo observará o limite de concentração de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo para cada sacado.

Limites de Concentração (Entes Públicos Conveniados e Sacados)

Regra de Formação dos Grupos de Concentração do Fundo

Os Entes Públicos Conveniados são agrupados de acordo com as fontes pagadoras dos salários dos Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas.

A cada Fonte Pagadora corresponde um Grupo de Entes Públicos Conveniados, observado, no entanto que, nos termos do Regulamento e para fins de avaliação de concentração, o INSS, que é uma autarquia federal e que tem como Fonte Pagadora a União Federal, é considerado, isoladamente, um Grupo de Entes Públicos Conveniados, com regras próprias de concentração e Fonte Pagadora autônoma.

Assim, são entendidas como fontes pagadoras:

- a União Federal;
- o Distrito Federal;
- os Estados da Federação (cada Estado é considerado, individualmente, uma fonte pagadora);
- os Municípios da Federação (cada Município também é considerado, individualmente, uma fonte pagadora), e;
- o INSS.

Grupos de Entes Concentrados

O Fundo terá apenas 4 grupos de Entes Públicos Conveniados com maior concentração de direitos creditórios em relação ao PL do Fundo (os “Grupos de Entes Concentrados”).

Esses Grupos de Entes Concentrados atenderão aos índices máximos abaixo definidos (na tabela abaixo, o índice de concentração corresponde ao percentual obtido ao se fazer a divisão do somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios pelo PL do Fundo):

Grupos de Entes Públicos Conveniados por ordem decrescente de Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados	Índices Máximos de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados
1º Grupo da Fonte Pagadora União Federal (excluído o INSS)	70,00%
2º Exclusivamente o INSS	100,00%
3º Grupo	50,00%
4º Grupo	50,00%

As fontes pagadoras desses Grupos de Entes Concentrados são as seguintes:

- **1º Grupo:** a fonte pagadora é a União Federal (exclui-se o INSS e incluem-se todos os entes que tenham como fonte pagadora a União Federal);
- **2º Grupo:** a fonte pagadora desse grupo é exclusivamente o INSS;
- **3º Grupo:** esse grupo terá como fonte pagadora apenas uma dentre as seguintes: o Distrito Federal, um dos Estados da Federação ou um dos Municípios da Federação, e;
- **4º Grupo:** esse grupo também terá como fonte pagadora apenas uma dentre as seguintes: o Distrito Federal, um dos Estados da Federação ou um dos Municípios da Federação.

Concentração dos Demais Entes

Para todos os demais Entes Públicos Conveniados (os “Demais Entes”), cujas fontes pagadoras não estejam integrando os Grupos de Entes Concentrados, acima mencionados, suas fontes pagadoras terão, cada uma delas, limite máximo de concentração (assim entendido o percentual obtido ao se fazer divisão do somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios relativos a cada uma das fontes pagadoras desses Demais Entes pelo PL do Fundo) de 3,90%.

Regras de formação dos 3º e 4º Grupos de Entes Concentrados

Quaisquer das fontes pagadoras dos Entes Públicos Conveniados integrantes dos Demais Entes poderão, a critério da Administradora, serem escolhidas para substituir as fontes pagadoras dos 3º e 4º Grupos de Entes Concentrados, antes descritas, e passarem, assim, a ter um limite de concentração de 50,00 % (cinquenta por cento), desde que sejam obedecidas as seguintes regras:

- a fonte pagadora, que faça parte dos 3º ou 4º Grupos, deverá: **i)** ser substituída pela nova fonte pagadora, escolhida pela Administradora, e; **ii)** os Entes Públicos Conveniados da fonte pagadora substituída passarão a integrar os Demais Entes, razão pela qual sua fonte pagadora deverá obedecer ao limite máximo de concentração de 3,9%, acima mencionado, de tal forma que o Fundo deverá manter sempre apenas 4 Grupos de Entes Públicos Concentrados, e;
- os Direitos Creditórios relativos à fonte pagadora substituta, que irá integrar um dos 3º ou 4º Grupos de Entes Públicos Concentrados, ou seja, os Grupos de Entes Públicos Concentrados com concentração de 50,00% (cinquenta por cento) cada um, tenham obedecido ao disposto no Regulamento do Fundo, ou seja, em 3 datas do RMV consecutivas, o **NA-0**, o **NA-30**, o **NA-120** e o **NA-180** desses



Direitos Creditórios sejam, concomitantemente, igual ou inferior a, respectivamente: 20,00%, 10,00%, 3,00% e 2,00%.

Havendo saldo disponível de concentração, calculado e definido conforme abaixo, (o “Saldo Disponível de Concentração”), o Fundo poderá destiná-lo à aquisição de Direitos Creditórios vinculados a um ou mais grupos de Entes Públicos Conveniados, desde que seja observado sempre o disposto na tabela acima.

Por Saldo Disponível de Concentração entende-se o valor, em moeda corrente nacional, apurado diariamente, pela Administradora, de acordo com a seguinte fórmula:

$$SDC = (73\% - SICGE) \times PL$$

onde:

- [] %: é o resultado do somatório dos Índices de Concentração dos 4 grupos de maior concentração da Tabela acima (ou seja, 70,00% + 100,00% + 50,00% + 50,00%);
- “SDC”: significa “Saldo Disponível de Concentração”;
- “SICGE”: corresponde ao somatório, no dia útil imediatamente anterior à data de apuração, do SDC dos Índices de Concentração por grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados, em percentual, e;
- PL: corresponde ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, assim entendido como a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades

A relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Ordinários, de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados e de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos estão descritas na forma do Anexo I ao presente Prospecto, competindo ao Administrador manter referido Anexo devidamente atualizado e disponível em sua sede.

Concentração por Sacados (Servidor Público, Aposentado ou Pensionista)

O limite máximo de concentração por sacado é de 0,40% do PL do Fundo.

Contrapartes

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora atue como contraparte do Fundo.

Política de Concessão de Créditos

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo obedecerão aos requisitos abaixo, conforme o caso descrito:

Nas operações de “middle market” descritas na alínea “a” do parágrafo único do Artigo 12 do Regulamento devem ser observadas as seguintes exigências para originação do crédito/operação:

Nas operações de “middle market” originadas pelas demais instituições financeiras que não componham o mesmo Grupo Econômico do Cruzeiro do Sul, deverão observar padrões de avaliação de política de crédito que se assemelhem, no mínimo, aos critérios adotados pelo Grupo Econômico Cruzeiro do Sul, abaixo descritos.

O Gestor do Fundo ficará responsável pela verificação de adequação entre a avaliação da política de crédito das operações originadas pelas demais instituições financeiras e a aplicável ao Grupo Econômico Cruzeiro do Sul, abaixo transcrita.



A – Avaliação do risco de crédito Pessoa Jurídica, nos termos das Resoluções 2682 e 2697 do BACEN, bem como dos parâmetros e critérios de atuação estabelecidos internamente, pelas empresas que integram o Grupo Econômico Cruzeiro do Sul.

1 Principais conceitos

1.1 O limite máximo para a contratação de crédito individual ou de um mesmo grupo econômico é de 5 % (cinco por cento) do Patrimônio Líquido de Referência (PLR) do Conglomerado Cruzeiro do Sul.

1.1.1. Grupo Econômico é o conglomerado de empresas cujos controladores ou investidores tenham interesses comuns, por controle de capital ou gestão.

1.2 A Avaliação do Risco de Crédito é resultante da análise de duas naturezas de risco: o Risco do Cliente e o Risco da Operação.

1.2.1 Os critérios internos de avaliação determinam notas que serão relacionados aos Níveis de Risco previstos pela legislação vigente.

1.3 Critérios subjetivos poderão ser considerados na avaliação desde que nos limites e alçadas aqui definidas.

1.4 Consubstanciado por essa Avaliação de Risco será determinado o Limite de Crédito do cliente.

2 Processo de avaliação de crédito

São critérios que determinam obrigatoriedade da Avaliação de Risco de Crédito, pelo Departamento de Análise de Crédito, antes de seu encaminhamento ao Superintendente responsável e ao Comitê de Crédito:

- a) Proposta de Limite de Crédito superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) Existência de balanços patrimoniais apenas no formato gerencial;
- c) Pessoa Jurídica de pequeno porte que, apesar de não possuir balanço, integre conglomerado ou grupo econômico ou mesmo se confunda com a figura dos próprios sócios;
- d) Determinação do Comitê de Crédito.

2.a: Os créditos inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) poderão ser classificados com Nível de Risco A, sem a necessidade de parecer técnico, segundo legislação vigente.

A Avaliação do Risco de Crédito compreende cinco etapas principais que apuram os seguintes critérios:

I.Risco do Cliente;

II.Risco da Operação;

III.Critérios Subjetivos;

IV.Avaliação do Risco de Crédito (Níveis de Risco, segundo legislação vigente); e

V.Limite de Crédito.



DIREITOS E OBRIGAÇÕES ASSOCIADOS ÀS COTAS SENIORES E SUBORDINADAS

O Fundo terá uma classe de cotas seniores e uma de cotas subordinadas, não havendo divisão em subclasses ou séries para ambos os casos. Todas as cotas do Fundo serão escriturais e mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das cotas seniores e subordinadas serão idênticos.

As cotas seniores oferecem aos cotistas a segurança de que os inadimplementos sofridos pela carteira do Fundo serão atribuídos inicialmente exclusivamente às cotas subordinadas, cujo somatório do valor deve corresponder a, no mínimo, 30% do patrimônio líquido do Fundo. Somente na hipótese do somatório do valor total das cotas subordinadas não ser suficiente para arcar com a inadimplência as cotas seniores passam a ser afetadas.

Por outro lado, a rentabilidade das cotas seniores têm como limite, ou seja, como teto, o benchmark definido na Política de Investimento do Fundo, tendo em vista que a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas.

As cotas seniores do Fundo são avaliadas por empresa classificadora de risco (de rating) especializada. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Na emissão de cotas seniores do Fundo deve ser utilizado o valor da cota do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Na emissão de cotas subordinadas do Fundo deve ser utilizado o valor da cota do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN. Nestas datas as cotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

As aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de cotas deverá ser realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pelo cedente, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

As cotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. As amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de cotas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

As cotas do Fundo poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

As cotas seniores do Fundo não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

As cotas seniores do **FUNDO** serão registradas para custódia e negociação, nos mercados primário e secundário, na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP..



A amortização das cotas de quaisquer das séries do Fundo poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de cotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do Fundo à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios.

A antecipação do início da amortização de cotas do Fundo poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Na hipótese da rentabilidade atribuída às cotas subordinadas resultar em mais de 30% (trinta por cento) do patrimônio do Fundo representado por cotas subordinadas, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de cotas do Fundo, na data do RMV, a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização; e

II - as cotas serão amortizadas inclusive visando ao re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, após a comunicação e a concordância dos cotistas subordinados e uma vez observadas as regras constantes do artigo 56 do Regulamento.

O Fundo somente poderá emitir série de cotas seniores, em qualquer distribuição, desde que, computada, pro forma, a integralização, total ou parcial, da respectiva série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o Índice de Solvência, de que trata o artigo 20 do Regulamento, seja igual ou superior a 1,00 (um inteiro).

No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de cotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

A critério da Administradora, novas cotas do Fundo, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. As novas cotas poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

Na emissão de cotas subordinadas, a Administradora deverá emitir tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo, nos termos do caput do artigo 52 do Regulamento. Estas cotas deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Cotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a Administradora solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação. Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Não haverá direito de preferência para os cotistas da 2ª Série do Fundo, ou para os cotistas de quaisquer das séries subsequentes à 2ª Série, na aquisição de cotas de eventuais novas séries de cotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração do Fundo, amortização de cotas ou de sua liquidação.

No resgate será utilizado o valor da cota em vigor no dia do pagamento respectivo.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as cotas seniores, conforme disposto no Regulamento. Excetua-se do aqui disposto a hipótese de amortização de cotas subordinadas prevista no artigo 49 do Regulamento. Por ocasião do resgate neste parágrafo tratado, a Administradora observará, no que for cabível, os procedimentos definidos no parágrafo 1º do artigo 69, e os procedimentos definidos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 68 do Regulamento.

O Fundo não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 1º do artigo 10º do Regulamento.

As cotas seniores e subordinadas serão distribuídas concomitantemente. Entretanto, apenas as cotas seniores são destinadas à distribuição pública.

A segunda série de cotas seniores do Fundo, será composta por até 15.000 (quinze mil) cotas, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

A segunda série de cotas, possui um benchmark de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 118% (cento e dezoito por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora ou da Gestora acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

A segunda série de cotas terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do início da distribuição pública das cotas seniores.

Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo deve ser utilizado o valor da cota de mesma classe do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Em razão do disposto no Regulamento do Fundo, a Administradora poderá providenciar a emissão de cotas subordinadas do Fundo a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nas demais formas e ressalvas do Regulamento.

O investimento mínimo por investidor é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Observada a ressalva no Regulamento, a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, contado da data de início da distribuição pública das cotas seniores da 2ª série Fundo, as cotas seniores da 2ª série do Fundo terão seus valores amortizados trimestralmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

21º mês	24º mês	27º mês	30º mês	33º mês	36º mês
1/6	2/6	3/6	4/6	5/6	6/6

A amortização deverá respeitar a relação entre cotas seniores e patrimônio líquido do Fundo definida no Regulamento.

O pagamento das amortizações deverá ser feito no dia 15º (décimo quinto) dia de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

O pagamento das amortizações e do resgate abaixo mencionado corresponderá ao pagamento proporcional de principal e juros e deverá ser feito no último dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.



O resgate das cotas seniores se dará no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data do início da distribuição pública das cotas seniores.

A Administradora poderá suspender a qualquer momento a amortização das cotas subordinadas.

Enquanto existirem cotas seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar:

- a) o Índice de Solvência referente a cada Série em Circulação, deverá ser igual ou superior a 1 (um);
- b) a relação referente ao valor das cotas seniores deverá ser, no máximo, de 70% (setenta por cento);
- c) a Reserva de Amortização deverá ser equivalente ao valor mínimo definido para cada série de cotas seniores do Fundo.

Todos os valores mencionados no acima serão apurados diariamente pelo Custodiante.

Para a 2ª série de cotas seniores do Fundo, a Administradora manterá Reserva de Amortização, que observará, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

I - até o 30º (trigésimo) dia anterior a cada data de amortização, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até a referida data de amortização, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado de amortização da respectiva Série para a referida data.

II - para a constituição da Reserva de Amortização, deverá privilegiar a aquisição de Outros Ativos remunerados a taxas pós-fixadas e cujas datas de vencimento ou resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das parcelas de amortização, observadas ainda as ressalvas do Regulamento.

Se a Reserva de Amortização, mencionada acima, deixar de atender ao limite de enquadramento descrito acima, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos direitos creditórios e destinar todos os recursos do Fundo, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A Administradora somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao Valor de Amortização.

As previsões de Reserva de Amortização, de Reserva de Caixa e o Índice de Solvência, não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as cotas seniores e subordinadas existentes. Portanto, as cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim o permitirem.

As cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos na deliberação de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º e incisos I a VIII, da Instrução 356.

Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do Fundo que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da cota de mesma classe do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Será admitida a integralização de cotas subordinadas do Fundo, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pela Administradora, bem como no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas e no Boletim



de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

As cotas do Fundo serão valoradas todo dia útil.

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II – Os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do Fundo terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; e

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

III - Os ativos do Fundo classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo será atribuída às cotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do Fundo atingir o benchmark definido na Política de Investimento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

CONTROLADORIA/CUSTÓDIA

As atividades de custódia dos ativos e controladoria do Fundo serão exercidas pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão. Dentre as principais atividades do custodiante e controlador do Fundo estão:

- apuração de cotas (provisão de receitas e despesas, cálculo de cotas);
- controle de cotistas (cálculo e recolhimento de impostos, registro, aplicação e resgate);
- contabilidade (registro contábil, balanços, relatórios mensais, livros contábeis).
- receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras;
- validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento do Fundo;



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

- realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e
- observar para que somente as ordens emitidas pela Administradora e/ou pela Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

RELAÇÃO SOCIETÁRIA ENTRE OS PARTICIPANTES (CONFLITOS DE INTERESSES)

À exceção do fato de que a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM (Administração e Distribuição de Cotas) é empresa controlada pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. e a BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda. (Gestão da Carteira do Fundo) é controlada pelas pessoas físicas controladoras do Banco Cruzeiro do Sul S.A., nenhuma relação societária foi verificada entre o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (Escrituração das Cotas, Custódia e Liquidação dos ativos), a Austin Rating. (Agência de Rating da Operação), a KPMG Auditores Independentes (Auditor Independente) e o Freitas e Leite Advogados (Assessoria Jurídica).

De acordo com o Regulamento, o Banco Cruzeiro do Sul S.A. (controlador da Administradora) pode ceder Direitos Creditórios ao Fundo. À exceção deste fato, nenhuma outra relação societária foi verificada entre os prestadores de serviços do Fundo e os demais Cedentes de Direitos Creditórios.

Declarações da Administradora e da Gestora

Encontra-se registrada sob nº 01.012.775, na data de 10.05.2005, no 5º Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, São Paulo, declaração conjunta da Administradora e da Gestora do Fundo, que tem o seguinte teor:

“CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.382.908/0001-64, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seu(s) representante(s) legal(is), na qualidade de responsável pela atividade de administração do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX MULTICRED**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.766.151/0001-02 e **BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 146, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.347/0001-17, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu(s) representante(s) legal(is), na qualidade de responsável pela atividade de gestão da carteira do FUNDO, **DECLARAM** que não se encontram em situação de conflito de interesses no exercício de suas funções, manifestando independência nas atividades, respectivas, de administração do FUNDO e de gestão de sua carteira. São Paulo, 02 de janeiro de 2006. (aa) **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS; BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**”

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

Contrato de Cessão

Contrato padrão firmado pelo Fundo, por meio do qual o Fundo adquire os Direitos Creditórios, mediante o pagamento do Preço de Aquisição. No Contrato de Cessão, o Banco Cruzeiro do Sul S. A. e as demais instituições financeiras não integrantes do Grupo Econômico Cruzeiro do Sul não assumiram a cobrança pelo pagamento dos Direitos Creditórios.



Contrato de Gestão

A atividade de gestão da carteira do Fundo será exercida pela BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. Dentre as principais atividades de gestão, de acordo, inclusive, com as disposições normativas vigentes, incluem-se: a escolha dos ativos que deverão integralmente compor a carteira do Fundo; as datas e os valores para a aquisição e/ou venda de tais ativos, a contraparte junto a qual contratará o Fundo.

Custódia dos ativos do Fundo e escrituração das Cotas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é o responsável pela prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo. O Deutsche Bank é também o Agente Escriurador, responsável pelos serviços de escrituração das Cotas.

Agência de Classificação de Risco

A 2ª Série de cotas seniores do Fundo tem sua classificação de risco atribuída pela Austin Rating, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. Atualmente, as cotas seniores recebem uma classificação de risco AA+. A classificação de risco das Cotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Cotistas na forma prevista no Regulamento. As cotas subordinadas do Fundo não têm classificação de risco pois não são destinadas à distribuição pública.

Empresa de Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR E DO COTISTA

Obrigações do Administrador

É obrigação do Administrador divulgar qualquer ato ou fato relevante de modo a garantir a todos os cotistas acesso a informações que possam influenciar suas decisões quanto à permanência no Fundo. Estas informações devem ser divulgadas no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico. Adicionalmente, devem ser mantidas disponíveis para os cotistas na sede e agências do Administrador e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

Não obstante, a Administradora, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais.

I - manter atualizados e em perfeita ordem: a) a documentação relativa às operações do Fundo; b) o registro dos cotistas; c) o livro de atas de Assembleias Gerais; d) o livro de presença de cotistas; e) o Prospecto do Fundo; f) os demonstrativos trimestrais do Fundo; g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; h) os relatórios do auditor independente;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do



Fundo, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;

V - custear as despesas de propaganda do Fundo;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;

IX - em conformidade com contrato celebrado com o Custodiante, efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, podendo atribuir ao Banco a responsabilidade pelo depósito dos mesmos, ficando este depositário fiel dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios;

X - monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos índices e critérios referidos neste Regulamento, e;

XI – divulgar à Agência Classificadora de Risco de cada série de cotas seniores, mensalmente, os índices e parâmetros referidos neste Regulamento.

Obrigações do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Como a cobrança dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo é feita pelo Banco, este e o Custodiante celebraram contrato pelo qual o Banco é obrigado a:

- efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, como Fiel Depositário; e
- exercer o papel de Agente Cobrador, ou seja, efetuar a cobrança dos direitos creditórios componentes da carteira do Fundo, conforme descrito no Regulamento do Fundo.

Vedações ao Administrador

É vedado ao Administrador:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras do Administrador, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas. Excetuam-se das vedações acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.



É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;
- aplicar recursos diretamente no exterior;
- adquirir cotas do próprio Fundo;
- pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356;
- vender cotas do Fundo a prestação;
- vender cotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;
- prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;
- obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; e
- efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Ao cotista compete a leitura do regulamento, do prospecto, bem como a assinatura do termo de adesão e a concordância com os procedimentos a serem adotados pelo Administrador na busca dos melhores resultados para o Fundo. O cotista tem como direito, através da Assembléia Geral de cotistas, resolver sobre:

- as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- a substituição do Administrador;
- a fusão, a incorporação, a cisão ou a liquidação do Fundo;
- o aumento na taxa de administração; e
- a alteração do regulamento do Fundo.

SITUAÇÕES ESPECIAIS

Liquidação do Fundo

O Fundo será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Poderá haver a liquidação antecipada do Fundo nas seguintes situações (os “Eventos de Liquidação”):

- I - por deliberação de assembléia geral de cotistas, nas hipóteses descritas no Regulamento;



II - se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resiliado;

V - caso o Banco deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;

VII – se houver amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; e

VIII – se houver decretação de Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET do Banco, ou de qualquer uma das empresas de seu Grupo Econômico.

Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do Fundo, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

No caso de liquidação antecipada do Fundo, as cotas poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo ser observado, no que couber, as disposições dos Capítulos IX e XI do Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá i) notificar os Cotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de cotas do Fundo definidos no Regulamento. A Administradora deverá convocar, no prazo de 5 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os cotistas deliberem, uma vez observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 35 do Regulamento do Fundo, sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos cotistas dissidentes referidos acima.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de cotas seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 52 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das cotas seniores, será pago aos titulares de cotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular, observando-se:

I - os cotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 52 do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que Administradora poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 52 do Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do Fundo, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das cotas seniores e cotas subordinadas.

A liquidação do Fundo será gerida pela Administradora, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais cotas de mesma classe.



Eventos de Avaliação

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas (os “Eventos de Avaliação”), caberá à Administradora, ao Custodiante, ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos cotistas:

I - inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstas no Regulamento, que não seja um evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo Custodiante;

II - renúncia da Administradora à administração do Fundo;

III - inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento do Fundo, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição reiterada, pela Administradora, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Regulamento, verificada pelo Custodiante;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série de cotas do Fundo em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - não subscrição, por qualquer motivo, pelo Banco, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo único, do artigo 53 do Regulamento, de tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e cotas seniores mencionada no caput do referido artigo 53 do Regulamento;

VII - inobservância pelo Banco dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

VIII - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das cotas seniores;

IX - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

X - renúncia do Custodiante;

XI - caso o Banco deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, na forma como dispõe a Resolução 2.099, de 26 de agosto de 1999, do BACEN, por três meses consecutivos, por ocasião da verificação mensal do desempenho da Carteira do Direitos Creditórios pelo Custodiante;

XII - ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão assim definidos no Regulamento;

XIII - caso a “Taxa DI”, divulgada pela CETIP (CDI Extra Grupo) seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;

XIV – se houver resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os direitos creditórios, se houver, e não tenha sido deliberado pelos cotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias; e

XV – caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Solvência ou ao RC, e **i)** tal evento não seja sanado ou **ii)** não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos neste Regulamento, até a data do RMV seguinte à data do RMV em que se verificar o tal desenquadramento;



XVI – caso, na forma do artigo 16 do Regulamento, o NA-0, NA-30, NA-120 ou NA-180 da totalidade da carteira de direitos creditórios apurado pelo Custodiante em 3 (três) datas do RMV consecutivas, seja superior a, respectivamente, 20,00% (vinte por cento), 10,00% (dez por cento), 3,00% (três por cento) e 2,00% (dois por cento).

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de cotas subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar, no prazo de 5 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo.

Uma vez observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 35 do Regulamento, caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 67 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

FATORES DE RISCOS

Os recursos que constam na carteira do Fundo estão sujeito aos seguintes fatores de riscos:

Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo;

Risco de Liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos cotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

Risco de Derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de Mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.



Risco de Concentração: A Administradora buscará diversificar a carteira do Fundo. No entanto, a política de investimento do Fundo admite a aquisição e/ou manutenção na carteira do Fundo direitos creditórios de apenas um nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do Fundo. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações.

Risco de Descasamento: Os direitos creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as cotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme previsto Regulamento. Por esta razão, a Administradora, sempre que possível, contratará operações de swap de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a Administradora não conseguir contratar tais operações de swap ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

Riscos do Mercado Secundário: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

Riscos Associados aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas: Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Federativo dos vencimentos do Servidor Público devedor. Assim, caso o Servidor Público se desligue do cargo ou função, tal desconto não será possível e a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo ficará dificultada. Ademais, a capacidade de pagamento do Servidor Público poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Servidor Público interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, patrimônio este que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Servidor Público pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.

Risco dos Entes Federativos: Os empréstimos contraídos pelos Servidores Públicos são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Federativo a que o Servidor Público é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Servidores Públicos. Nesta hipótese, a carteira do Fundo pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios.

Risco de Sistemas Associado aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas: O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao Agente Cobrador dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Federativo ou de instituição conveniada com este, não tendo o Agente Cobrador controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

Risco do Convênio: O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Servidores Públicos é viabilizado por convênios celebrados entre a Administradora e os Entes Federativos, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o Fundo, na medida em que



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do Fundo, o que lhe pode ser prejudicial.

Risco da cobrança judicial e extrajudicial: Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejado, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

Risco operacional de cobrança, do originador e de fluxo financeiro associado aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas: A cobrança e a coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são feitas pelo Banco, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com o Banco ou do INSS para que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou o INSS dos vencimentos dos Aposentados e Pensionistas, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período e repassam os valores descontados ao Banco por meio do banco oficial do Ente Público Conveniado do INSS, ou de instituição conveniada com este. Em seguida, tais valores são repassados pelo Banco ao Fundo, no prazo de até 24 horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação do Banco: **(i)** somente se esses eventos ocorressem na mesma data do pagamento desses recursos pelos Entes Públicos Conveniados ou pelo INSS, e; **(ii)** apenas em relação aos recursos repassados pelos Entes Públicos Conveniados ou pelo INSS no dia de uma eventual intervenção ou liquidação do Banco. Ainda assim, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, não haveria que se falar, em nenhuma hipótese, em apropriação ou incorporação aos ativos do Banco, ou de sua massa, em intervenção ou liquidação, dos ativos de titularidade de terceiros, tais como os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, recebidos dos Entes Públicos Conveniados ou do INSS.

Risco operacional de cobrança associado às operações de “middle market”: A cobrança e a coleta dos pagamentos dos direitos creditórios poderão ser realizadas pelo Banco atuando em nome próprio ou em nome do Fundo. No caso de serem realizadas em nome do próprio Banco, os valores referentes aos direitos creditórios serão repassados pelo Banco ao Fundo, no prazo de até 24 horas, contado de tal recebimento. Assim, o Fundo está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação do Banco: **(i)** somente se esses eventos ocorressem na mesma data do pagamento desses recursos pelos sacados, e; **(ii)** apenas em relação aos recursos repassados pelo Banco ao Fundo no dia de uma eventual intervenção ou liquidação do Banco. Ainda assim, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, não haveria que se falar, em nenhuma hipótese, em apropriação ou incorporação aos ativos do Banco, ou de sua massa, em intervenção ou liquidação, dos ativos de titularidade de terceiros, tais como os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Risco de descontinuidade: A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida, entretanto, pelo Fundo, pelo Administrador, pela Gestora ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.

Risco de resgate das cotas do Fundo em direitos creditórios: Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;



Risco de atraso no pagamento do resgate: Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do Fundo como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

Demais Riscos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

TAXAS E ENCARGOS

Taxa de Administração: 0,50% (meio por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, calculada e provisionada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. Entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro ou nas Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde se localiza a sede da Administradora, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

Taxa de Performance: Não possui

Taxa de Ingresso: Não Possui

Taxa de Saída: Não Possui.

Demais Encargos: Constituem encargos do Fundo, além da remuneração da Administradora referente aos serviços de administração e de distribuição de cotas Fundo, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de cotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;
- l) despesa com a taxa de registro na BOVESPA/SOMA; e
- m) despesa com a anuidade na BOVESPA/SOMA.



Em relação aos serviços de distribuição de cotas prestados pela ADMINISTRADORA, a comissão recebida será cobrada unicamente em virtude da colocação de cotas em mercado, de modo que será pontual e não periódica.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, tal como a eventual alteração da classificação de risco do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações ora previstas deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Enquanto a CVM não editar as normas referentes às demonstrações financeiras para a indústria de fundos, aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo BACEN.



BREVE HISTÓRICO DA CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM

Trata-se de distribuidora de títulos e valores mobiliários constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Atualmente, seu patrimônio líquido ultrapassa R\$ 15 milhões. Seu quadro acionário é composto pelo Banco Cruzeiro do Sul com quase 100% das ações, na qualidade de acionista controlador, bem como pelo Sr. Luis Felipe Índio da Costa.

A Cruzeiro do Sul S.A. DTVM é autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº. 8.282, de 12 de abril de 2005.

Além de administrar Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM também administra **FUNDO** de Investimento e Fundos de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento, totalizando aproximadamente R\$ 4,3 bilhões em patrimônio administrado.

Portanto, desde 2005 a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM está focada na prestação de serviços de administração fiduciária de recursos de terceiros. Para tanto, sua estrutura foi desenvolvida seguindo todos os critérios de segregação física e estratégica (chinese wall) do Banco Cruzeiro do Sul S.A., atendendo assim as exigências das autoridades monetárias do país - BACEN e CVM.

BREVE HISTÓRICO DA BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

A BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda, é uma empresa de gestão e administração de títulos e valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 306 de 05.05.1999, conforme Ato Declaratório CVM nº 7.509, de 24 de novembro de 2003. Seu principal foco de atuação está no aconselhamento e orientação financeira para investidores Pessoas Física e Jurídica através dos métodos de asset allocation.

Empresa independente de gestão de recursos de terceiros, tem como maior objetivo a não incidência de conflito de interesse na seleção dos produtos de investimento que aloca a seus clientes, neste sentido atua com 15 diferentes instituições gestoras a fim de diversificar ao máximo as aplicações de seus clientes.

A gestão da empresa esta sob as responsabilidades dos sócios diretores Marcelo Xandó Baptista e Márcio Serra Dreher profissionais oriundos das áreas de investimento e gestão de grandes instituições financeiras brasileiras e internacionais, onde adquiriram por mais de 8 anos a experiência de alocação de recursos para clientes de alto poder aquisitivo. A BCSul Verax conta ainda com a participação societária de Luis Felipe e Luis Octavio Índio da Costa que agregam à estrutura credibilidade e experiência refletida em mais de 40 anos de atuação no mercado financeiro brasileiro.

Possui uma estrutura operacional extremamente enxuta, composta por profissionais de alto nível técnico divididos em 4 equipes: comercial, responsável pela prospecção de clientes e atendimento a investidores; gestão, responsável pela análise, seleção e acompanhamento dos produtos de terceiros para composição das carteiras dos clientes da BCSul Verax; Corporate Finance, que atua na avaliação, estruturação, assessoramento e execução de operações de investimento nos mais diversos setores da economia brasileira; e operacional, que atua na elaboração de relatórios de performance e no atendimento ao Cotista;

A partir de novembro de 2003, a BCSul Verax passou a dedicar-se também a estruturação e análise de operações de securitização de ativos de crédito utilizando-se das ferramentas como FIDCs - FUNDOS de Investimentos de Direitos de Créditos, CCBs - Cédulas de Crédito Bancário, CRIs - Certificado de Recebíveis Imobiliários, entre outras.

Tem atualmente sob sua gestão ativos de R\$ 4,9 bilhões.



BREVE HISTÓRICO DO DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

O Deutsche Bank vem prestando os Serviços de Custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados, atualmente, um dos maiores Custodiantes do mundo.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1913, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mês de julho/2009 houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto - Gesellschaft AG". Entretanto, no decorrer da 2ª Guerra Mundial o Banco teve suspensas suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968, quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão recebeu do Banco Central do Brasil licença de Banco Múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No mundo, o Deutsche Bank oferece seus serviços em 76 países e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional, tais como Standart & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, conforme abaixo:

Ratings of Deutsche Bank	Short term rating	Long term rating
Standard & Poor's	A-1	A+
Moody's Investors Services	P-1	Aa1
Fitch Ratings	F1+	AA-

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de Serviços de Custódia de Títulos Escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994.

Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros, a partir de 1996 passou a atender administradores locais de recursos e investidores institucionais e, a partir de 2003, iniciou a prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

BREVE HISTÓRICO DA AUSTIN RATING

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A



soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

Como a KPMG é uma empresa com foco no mercado e busca permanentemente oferecer serviços de real valor agregado aos seus clientes, desenvolveu uma estrutura interna de negócios dividida por Segmentos de Indústria.

A empresa foi formada no Brasil em 1º de julho de 1987, a KPMG é a abreviação dos nomes de seus principais fundadores, nasceu da fusão de três empresas com tradição na comunidade de negócios: a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International (PMI), com atuação desde 1915; a Klynveld Main Goerdeler, presente no País desde 1982; e a Roberto Dreyfuss, firma brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG opera no Brasil como KPMG Auditores Independentes com mais de 1.000 profissionais, por meio de uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

BREVE HISTÓRICO DE FREITASLEITE, FAGUNDES ADVOGADOS

FreitasLeite, Fagundes Advogados, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.666, 8º andar, Vila Olímpia.

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. FreitasLeite, Fagundes busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. FreitasLeite, Fagundes é um assessor jurídico com forte participação em operações de mercado financeiro e de capitais, tendo destacada participação na estruturação de Fundos de Investimento em Direitos de Crédito.

TRIBUTAÇÃO

Tributação Sobre o Fundo

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.



Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

Tributação Sobre os Cotistas

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das cotas do Fundo, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Imposto de Renda

O imposto de renda aplicável ao cotista do Fundo tomará por base três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (i) a alienação de cotas; (ii) o resgate em virtude da liquidação ou do término do prazo do Fundo; e (iii) a amortização de cotas do Fundo.

I. Alienação de Cotas

(a) Os ganhos auferidos na alienação de cotas do Fundo serão tributados: (i) quando o cotista for pessoa jurídica e a alienação for realizada dentro ou fora de bolsa, como ganhos líquidos em aplicação de renda variável, i.e., auto-recolhimento, pelo alienante, à alíquota de 15%, sobre o ganho líquido; e, (ii) quando o cotista for pessoa física e a alienação for realizada fora de bolsa, como ganhos de capital, i.e., auto-recolhimento, pelo alienante, à alíquota de 15%, sobre a diferença entre o valor de alienação das cotas e o seu valor de aquisição.

(b) Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, haverá retenção do imposto de renda, à alíquota de 0,005%.

II. Resgate em Virtude da Liquidação do Fundo ou do Término de seu Prazo

(a) Na situação de resgate de cotas em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas, sendo tributado na fonte, sob a responsabilidade da Administradora, conforme a seguir descrito.

(b) A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, ocasionando a tributação na forma a seguir descrita.

(c) Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, o prazo médio seja superior a 365 dias, o cotista será tributado conforme as seguintes alíquotas: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias a 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias a 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

(d) Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, o prazo médio seja igual ou inferior a 365 dias, o cotista será tributado à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5%.

(e) A Gestora buscará manter o prazo médio da carteira com prazo superior a 365 dias (longo prazo), a fim de proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes descrito no item “c” supra. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários, fato este que poderá acarretar na aplicação das alíquotas descritas



no item “d” supra. Ressalte-se que os Direitos Creditórios não integram o cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

III. Amortização de Cotas

(a) No caso de amortização de cotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da carteira.

PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Publicação de Cotas: ANBID

Publicação de Atas, Convocações de Assembléias e Anúncios de Início e Encerramento de Distribuição Pública de Cotas do Fundo: Jornal da Manhã

ATENDIMENTO AO COTISTA

Internet: www.verax.com.br

E-mail: verax@verax.com.br

Telefone: (11) 3848-2717

Endereço da Gestora: R. Funchal, nº 418, 17º andar, São Paulo - SP

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora / Distribuidora

Cruzeiro do Sul S.A. DTVM
Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 24º andar
20030-021 - Rio de Janeiro – RJ
www.bcsul.com.br

Gestora

BCSUL Verax Serviços Financeiros Ltda.
Rua Funchal, nº 418, 8º andar
04551-060 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 3848-1800
Internet: www.verax.com.br
E-mail: verax@verax.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, 111, 2º andar
CEP 20050-901 - Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3233-8686

São Paulo

Rua Cincinato Braga, 340, 2º andar
CEP 01333-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 2146-2000
Internet: www.cvm.gov.br

Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP

São Paulo

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Rio de Janeiro

Av. República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464
www.cetip.com.br

O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ESTÃO DISPONÍVEIS AOS COTISTAS, MEIO FÍSICO E ELETRÔNICO, NA SEDE DA ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDORA e DA GESTORA.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO EM QUESTÃO PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO à ADMINISTRADORA/DISTRIBUIDORA, à GESTORA, e à CVM.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**



**ANEXO I - RELAÇÃO DE GRUPOS DE ENTES PÚBLICOS CONVENIADOS
CONCENTRADOS, ORDINÁRIOS E RESTRITOS EM ____/____/____**

Grupo	Integrantes do Grupo	Percentual do Grupo	Outras Informações Relevantes



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 2ª SÉRIE	
1) Porcentagem em relação ao preço unitário da distribuição:	0
2) Comissão de Colocação*:	0
3) Outras Comissões:	0
4) Custo Unitário de Distribuição:	0
5) Despesas decorrentes do Registro:	R\$ 82.870,00
6) Outros custos relacionados:	
a) Classificação de risco:	R\$ 20.000,00
b) Estruturação:	
Total	R\$ 102.870,00

*Considerando-se a distribuição da totalidade de Cotas Seniores



ANEXO III – REGULAMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX MULTICRED FINANCEIRO

CAPÍTULO I - DO FUNDO E PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX MULTICRED FINANCEIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.766.151/0001-02, doravante denominado **FUNDO**, é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: O **FUNDO** terá prazo de duração de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de início de suas atividades, assim entendida a data em que ocorrer a primeira integralização de cotas seniores.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** poderá apresentar séries de cotas com prazos e regras de amortização distintas dentro do prazo estabelecido no parágrafo primeiro acima, entretanto, independentemente do número de séries e de cotas eventualmente emitidas, o valor correspondente ao somatório do valor de face de todas as cotas subscritas e integralizadas, dentro do referido prazo, não poderá ser superior a 10 (dez) vezes o valor de emissão da primeira série de cotas, representativa do patrimônio inicial do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: A primeira série de cotas seniores do **FUNDO** terá prazo de 60 (sessenta) meses, conforme descrito nos artigos 54 a 61 deste Regulamento. As demais séries terão as suas características descritas em Suplementos anexos ao presente Regulamento.

Parágrafo 4º: O público-alvo do **FUNDO** são investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 5º: Para os fins do disposto no parágrafo 4º acima, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir cotas do **FUNDO**, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores.

CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 2º: A atividade de administração do **FUNDO** e de distribuição de suas cotas serão exercidas pela **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.382.908/0001-64, devidamente autorizada a prestar serviço de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 8.282, de 12 de abril de 2005, doravante designada **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 1º: A atividade de gestão da carteira do **FUNDO** será exercida pela **BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Funchal, nº 418, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.347/0001-17, devidamente autorizada a prestar serviço de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 7.509, de 24 de novembro de 2003, doravante designada **GESTORA**.

Parágrafo 2º: As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 ("Instrução 356") e a escrituração das cotas serão exercidas pelo **DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º a 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, doravante designado **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 3º: O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:



I – receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras;

II – validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III – realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida, conforme ANEXO I deste Regulamento, e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII – observar para que somente as ordens emitidas pela **ADMINISTRADORA** e/ou pela **GESTORA**, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

Artigo 3º: A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais.

Artigo 4º: Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos cotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de cotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do auditor independente;

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;



VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

IX - efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, podendo atribuir ao BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. ("o **BANCO**"), instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.136.254/0001-99 a responsabilidade pelo depósito dos mesmos, ficando este depositário fiel dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios;

X - monitorar o cumprimento integral pelo **FUNDO** dos índices e critérios referidos neste Regulamento, e;

XI – divulgar à Agência Classificadora de Risco de cada série de cotas seniores, mensalmente, os índices e parâmetros referidos neste Regulamento.

Parágrafo 1º: Relativamente à primeira série de cotas do **FUNDO**, representativa do Patrimônio Inicial, para fins dos incisos X e XI deste artigo, a **ADMINISTRADORA**, sem prejuízo do monitoramento e da divulgação de outros índices e parâmetros estabelecidos neste Regulamento:

a) monitorará o cumprimento integral pelo **FUNDO** do Índice de Solvência, de que trata o artigo 18, da Reserva de Caixa, prevista no artigo 18, e da Reserva de Amortização, de que trata o artigo 58 deste Regulamento; e

b) divulgará, todo 10º (décimo) dia útil de cada mês (a data do "Relatório Mensal de Verificação" ou "a data de RMV"), à Agência Classificadora de Risco, o Índice de Solvência, a Reserva de Caixa, e a Reserva de Amortização.

Parágrafo 2º: A divulgação das informações previstas no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

Artigo 5º: É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.



Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o artigo 22 deste Regulamento.

Artigo 6º: É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir cotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender cotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender cotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

CAPÍTULO III - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 7º: A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de cotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo Único: Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 8º: No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA** ou do o **BANCO**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de cotistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de cotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO** e/ou Agente Cobrador; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO IV - DA REMUNERAÇÃO

Artigo 9º: A **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração e de distribuição de cotas do **FUNDO** uma Taxa de Administração equivalente ao percentual anual de 0,50% (meio por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: Em relação aos serviços de distribuição de cotas prestados pela **ADMINISTRADORA**, a comissão recebida será cobrada unicamente em virtude da colocação de cotas em mercado, de modo que será pontual e não periódica.

Artigo 10: A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido no artigo 9º sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 1º: Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, inclusive a parcela correspondente à taxa da **GESTORA**, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Artigo 11: O **FUNDO** não possui taxa de ingresso nem taxa de saída.

CAPÍTULO V - DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Artigo 12: É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO**, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento, na aquisição de direitos creditórios de natureza financeira oriundos de operações bancárias originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes.

Parágrafo Único: Incluem-se entre as operações bancárias a serem originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes:

(a) operações de crédito e financiamento de empresas, preponderantemente no segmento de “middle market”, tais como: cédula de crédito bancário, contratos de mútuo, empréstimos para capital de giro, desconto de títulos, financiamento de tributos e tarifas públicas, assunção de dívidas, garantias, cessão de direitos, crédito rotativo, financiamentos em geral, etc (as “Operações de Crédito”); e

(b) operações de empréstimo pessoal e crédito direto ao consumidor, através de contratos de empréstimo e cédula de crédito bancário (“CCB”), sempre na modalidade de crédito com consignação em folha de pagamento a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas (as “Operações de Empréstimo Pessoal”).



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

CAPÍTULO VI - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13: Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** utiliza-se de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 14: Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** alocará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de operações bancárias originadas pelo **BANCO**, pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes.

Parágrafo 1º: Os direitos creditórios que comporão a carteira do **FUNDO** são operações bancárias originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes, a Pessoas Físicas e Jurídicas que busquem a obtenção de crédito. Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os Direitos Creditórios devem atender às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade definidas neste Regulamento.

Parágrafo 2º: Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem atender cumulativamente às seguintes **Condições de Cessão**, a serem verificadas pela **ADMINISTRADORA**, conforme o respectivo caso:

I - Nas Operações de Crédito:

a) decorram de operações bancárias originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes, a Pessoas Físicas e Jurídicas que busquem a obtenção de crédito, com taxas de juros pós ou pré fixadas;

b) não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas vencidas e não pagas junto ao **BANCO**, bem como às empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil há mais de 60 (sessenta) dias;

c) as operações bancárias originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes, podem ser acompanhadas de garantias;

d) decorram de contratos de firmados entre o **BANCO** e os Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros pré-fixadas;

e) os Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO** não poderão ser oriundos de cessões de crédito originadas a partir de contratos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, vinculados a Entes Federativos Conveniados que, em um prazo de até 90 (noventa) dias, apresente percentual de atraso na entrega de valores por ele consignados de seus Servidores Públicos e já cedidos ao **FUNDO** igual ou superior a 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.

Parágrafo 3º: Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição de elegível após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** ou **CUSTODIANTE** salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

II – Nas operações de Empréstimo Pessoal:



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

- (a) decorram de operações de empréstimo concedidos pelo **BANCO** a Servidores, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros pré-fixadas;
- (b) decorram de operações de empréstimo concedidos pelo **BANCO** a Servidores efetivos com idade entre 18 (dezoito) e 75 (setenta e cinco) anos, ou a Aposentados e Pensionistas com idade entre 18 (dezoito) e 80 (oitenta) anos;
- (c) tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Servidores, Aposentados e Pensionistas;
- (d) os sacados, ou seja, Servidores, Aposentados e Pensionistas que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, empréstimos com parcelas vencidas e não pagas ao **FUNDO** e ao **BANCO** há mais de 60 (sessenta) dias;
- (e) os direitos creditórios adquiridos pelo **FUNDO** não poderão ser oriundos de empréstimos que tenham como devedores Servidores, Aposentados ou Pensionistas vinculados a um dado Ente Federativo Conveniado ou INSS, caso o referido Ente Federativo Conveniado ou o INSS, ao longo de um período de 90 (noventa) dias anteriores à data da cessão pretendida, tenha apresentado atraso na entrega de valores consignados relativos aos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO** pelo Ente Federativo Conveniado ou pelo INSS, igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Parágrafo 4º: Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem, ainda, obedecer, cumulativamente, os seguintes **Critérios de Elegibilidade**, a serem verificados pelo **CUSTODIANTE**, conforme o respectivo caso:

I - Nas Operações de Crédito:

- (a) quando da sua cessão ao **FUNDO**, os Direitos Creditórios não poderão apresentar parcelas vincendas com pagamento previsto para data posterior ao prazo de duração do **FUNDO**, ou seja, posterior a 23.11.2026; e
- (b) decorram de operações bancárias originadas e enviadas eletronicamente pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO**;

II – Nas Operações de Empréstimo Pessoal:

- (a) os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** devem ter, no mínimo, 01 (uma), e, no máximo, 120 (cento e vinte) parcelas mensais quando da data da cessão;
- (b) não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, histórico de inadimplência, ou seja, não sejam oriundos de Servidores, Aposentados e Pensionistas que, na data de aquisição pelo **FUNDO**, já possuam empréstimos com parcelas vencidas e não pagas ao **FUNDO** há mais de 60 (sessenta) dias;
- (c) os contratos de empréstimo devem ter valor mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

Parágrafo 5º: O **FUNDO** manterá “Índice de Cotas Subordinadas” ou “IQSB” em valor igual ou superior a 1,51 (um inteiro e cinquenta e um centésimos) que deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula (o “IQSB”):

$$\text{IQSB} = \frac{\{[DI \times (1 + \text{SPREAD})]\}}{(\text{BENCHMARK} \times DI) \times (\text{PQS})}$$

onde:



DI: Taxa dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de 1 (um) dia - “over extragrupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP;

SPREAD = Taxa de cessão a que se obrigaram a praticar o **BANCO** e o **FUNDO**, nos termos do Contrato de Cessão, expressa na forma de percentual;

BENCHMARK: Benchmark das cotas seniores de uma determinada série do **FUNDO**, expresso na forma de percentual ao ano, e;

PQS: Percentual correspondente à relação entre o valor das Cotas Seniores e o Patrimônio Líquido do **FUNDO**, na data do “Relatório Mensal de Verificação” ou “RMV”.

Parágrafo 6º: O valor do IQSB será apurado, pela **GESTORA**, na data do RMV.

Artigo 15: Na aquisição de direitos creditórios descritos na alínea “a” do parágrafo único do artigo 12 deste Regulamento, o **FUNDO** observará o limite de concentração de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** para cada sacado a ser verificado pela **GESTORA**.

Artigo 16: A **ADMINISTRADORA** observará limites de concentração para aquisição de Direitos Creditórios descritos na alínea “b” do parágrafo único do Artigo 12 (os “Limites de Concentração”). Para fins do disposto neste artigo:

I – Os **Entes Públicos Conveniados** cujos limites de concentração são mais concentrados (os “Entes Públicos Conveniados Concentrados”):

a) são agrupados, de acordo com as fontes pagadoras dos salários dos **Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas**, assim entendidas a União e o Distrito Federal e, individualmente, cada Estado e cada Município da Federação, bem como o INSS, assim considerado na forma do parágrafo 2º deste artigo (as “Fontes Pagadoras”);

b) seus grupos são discriminados nos termos do Prospecto do **FUNDO** (a “Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados”),

c) seus grupos são automaticamente incorporados, pela **ADMINISTRADORA**, à Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos, em virtude da verificação, pela **ADMINISTRADORA**, da condição mencionada no parágrafo 7º do artigo 17;

d) seus grupos têm limite de concentração, durante todo o período das atividades do **FUNDO**, determinados conforme a Tabela constante do parágrafo 4º deste artigo, e;

e) são relacionados e discriminados, pela **ADMINISTRADORA** e pelo **BANCO**, no primeiro dia útil de cada mês, em documento próprio, qual seja, o Relatório Mensal de Grupos de Entes Conveniados Concentrados (o “RMGECC”) e enviados mensalmente ao **CUSTODIANTE**, observado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo;

II – Os **Entes Públicos Conveniados** ordinários (os “Entes Públicos Conveniados Ordinários”), têm as seguintes características:

a) encontram-se agrupados, de acordo com as Fontes Pagadoras;

b) seus grupos são relacionados na Relação constante Prospecto (a “Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Ordinários”);

c) seus grupos são automaticamente incorporados, pela **ADMINISTRADORA**, à Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos, em virtude da verificação, pela **GESTORA**, da condição mencionada no parágrafo 7º do artigo 17;

d) seus grupos podem, a critério da **ADMINISTRADORA** e uma vez observado o procedimento de que trata o inciso II do parágrafo 4º deste artigo, ser incorporados à Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados;

e) seus grupos, têm, durante todo o período das atividades do **FUNDO**, limite de concentração máximo de 3,9% (três vírgula nove por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** (o "PL") por grupo,

f) são relacionados e discriminados, pela **ADMINISTRADORA** e pelo **BANCO**, no primeiro dia útil de cada mês, em documento próprio, qual seja, o Relatório Mensal de Grupos de Entes Conveniados Ordinários (o "RMGECO") e enviados mensalmente ao **CUSTODIANTE**, observado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo, e;

III – Os Entes Públicos Conveniados restritos (os "Entes Públicos Conveniados Restritos") têm as seguintes características:

a) encontram-se agrupados de acordo com as Fontes Pagadoras;

b) seus grupos são relacionados no Prospecto (a "Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos");

c) seus grupos são automaticamente incorporados, pela **ADMINISTRADORA**, à Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Ordinários, em virtude da verificação, pela **GESTORA**, da condição mencionada no parágrafo 6º do artigo 17;

d) seus grupos têm, durante todo o período das atividades do **FUNDO**, também limite de concentração máximo de 3,9% (três vírgula nove por cento) do PL por grupo, e;

e) são relacionados e discriminados, pela **ADMINISTRADORA** e pelo **BANCO**, no primeiro dia útil de cada mês, em documento próprio, qual seja, o Relatório Mensal de Grupos de Entes Conveniados Restritos (o "RMGECCR") e enviados mensalmente ao **CUSTODIANTE**, observado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Parágrafo 1º: Uma via de cada RMGECC, RMGECO e RMGECCR mensais deverá ser arquivada pelo **BANCO**, pela **ADMINISTRADORA** e representará o documento comprobatório da observação pelo **FUNDO** dos Limites de Concentração definidos neste Artigo no mês imediatamente anterior ao da sua elaboração, inclusive para fins de fiscalização dos órgãos reguladores do **BANCO** e do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Apenas para os fins de interpretação dos Limites de Concentração, o **Ente Público Conveniado** INSS, embora seja uma autarquia federal e tenha como Fonte Pagadora a União Federal, não será considerado integrante do Grupo dos Entes Públicos Federais, agrupados em razão da Fonte Pagadora União Federal, mas, isoladamente, será considerado como se fosse um Grupo de Entes Públicos Conveniados, com regras próprias de concentração e como tendo Fonte Pagadora autônoma.

Parágrafo 3º: Para fins do disposto neste artigo, o **CUSTODIANTE** apurará, a cada Cessão de Recebíveis ao **FUNDO** ou a cada data de emissão do Relatório Mensal de Verificação de que trata o parágrafo 3º do artigo 17:

I - o "Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados", utilizando-se da seguinte expressão:

$$\left(\frac{VDCIC}{PL} \right)$$



onde:

VDCIC: corresponde ao somatório, na respectiva data de verificação do índice, do valor contábil dos Direitos Creditórios relacionados a um dado Grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados; e

PL: corresponde ao valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, apurado na forma deste Regulamento;

II - o “Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados Ordinários”, utilizando-se da seguinte expressão:

$$\left(\frac{VCDCEO}{PL} \right)$$

onde:

VCDCEO: corresponde ao somatório, na respectiva data de verificação do índice, do valor contábil dos Direitos Creditórios relacionados a um dado grupo de Entes Públicos Conveniados Ordinários; e

PL: corresponde ao valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, apurado na forma deste Regulamento;

III - o “Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados Restritos”, utilizando-se da seguinte expressão:

$$\left(\frac{VCDCRE}{PL} \right)$$

onde:

VCDCRE: corresponde ao somatório, na respectiva data de verificação do índice, do valor contábil dos Direitos Creditórios relacionados a um dado grupo de Entes Públicos Conveniados Restritos; e

PL: corresponde ao valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, apurado na forma deste Regulamento;

IV - o “Índice de Concentração do INSS”, utilizando-se da seguinte expressão:

$$\left(\frac{VDCIN}{PL} \right)$$

onde:

VDCIN: corresponde ao somatório, na respectiva data de verificação do índice, do valor contábil dos Direitos Creditórios relacionados ao INSS; e

PL: corresponde ao valor do Patrimônio Líquido do **FUNDO**, apurado na forma deste Regulamento;

Parágrafo 4º: O **FUNDO** observará, além do disposto nos parágrafos 2º e 3º do artigo 14 deste Regulamento, o disposto a seguir:



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

I – o **FUNDO** terá, ao longo das suas atividades, apenas 04 (quatro) grupos de **Entes Públicos Conveniados** na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados, constantes do Prospecto. Tais grupos atenderão, cumulativamente, em ordem decrescente de concentração, aos índices máximos de concentração definidos na tabela abaixo:

Grupos de Entes Públicos Conveniados por ordem decrescente de Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados	Índices Máximos de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados
1º Grupo dos Entes Públicos Conveniados que tem como fonte pagadora a União Federal (excluído o INSS)	70,00%
2º Exclusivamente o Grupo do Ente Público Conveniado INSS	100,00%
3º Grupo	50,00%
4º Grupo	50,00%

II – a critério da **ADMINISTRADORA**, novos grupos de **Entes Públicos Conveniados**, agrupados em razão da Fonte Pagadora, poderão ser incluídos à Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados desde que, obrigatória e cumulativamente:

a) a inclusão do novo grupo de Entes em questão se dê mediante a substituição, concomitante, de um dos grupos com concentração de 50% (cinquenta por cento) mencionados na Tabela do inciso anterior, de tal forma que, ao longo de todas as atividades do **FUNDO**, a Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados seja integrada por não mais do que 04 (quatro) grupos de Entes, e;

b) o grupo substituto do grupo com concentração de 50,00% (cinquenta por cento) mencionado na alínea “a”, acima, seja oriundo da Relação dos Entes Públicos Conveniados Ordinários.

III - o limite máximo de concentração por sacado, ou seja, por **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**, é de 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) do seu patrimônio líquido.

Parágrafo 5º: O **FUNDO** observará, ainda, o Índice de Concentração em Operações de Empréstimo Pessoal (“ICOEP”), que deverá ser sempre igual ou superior a 1,4 (um vírgula quatro), o qual será auferido através da seguinte fórmula:

$$\text{ICCPP} = \frac{\text{Caixa} + \text{DC em OEP}}{\text{PL Qta Senior}} > 1,3$$

Caixa: Outros Ativos do **FUNDO**, que não constituam Direitos Creditórios, incluindo os recursos do **FUNDO** em moeda corrente nacional;

DC em OEP: corresponde ao valor atribuído ao somatório dos direitos creditórios oriundos de contratos de empréstimos/financiamentos concedidos pelo **BANCO** a **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**.

PL Qta Senior: corresponde ao valor atribuído ao somatório do valor presente de todas as séries de cotas seniores em circulação.

Parágrafo 6º: A **GESTORA** calculará o ICOEP no 10º (décimo dia útil) de cada mês.

Artigo 17: O **FUNDO** poderá incluir e re-classificar **Entes Públicos Conveniados** das “Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados”, “Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Ordinários” e “Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos”), desde que sejam observados os procedimentos previstos nos parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º: A **ADMINISTRADORA** e o **BANCO**, em conjunto, poderão deliberar:

I - a inclusão, na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Ordinários:

a) de um novo **Ente Público Conveniado**, que tenha celebrado convênio ou contrato com o **BANCO**, desde que o novo ente em questão, cumulativamente: **i)** represente o primeiro elemento de um novo grupo de **Entes Públicos Conveniados**, ou seja, o grupo correspondente à Fonte Pagadora ainda não se encontre relacionado nem na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados, nem na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos e; **ii)** tenha atendido, por ocasião da verificação, pela **GESTORA**, a condição mencionada no parágrafo 6º abaixo;

b) de um novo **Ente Público Conveniado**, que tenha celebrado convênio ou contrato com o **BANCO**, desde que o novo ente em questão: **i)** seja passível de um grupo já constante da Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Ordinários, ou; **ii)** tenha atendido, por ocasião da verificação, pela **GESTORA**, a condição mencionada no parágrafo 6º abaixo;

c) de um Grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados, desde que, obrigatoriamente tenham sido observados **i)** o disposto no inciso II, alínea “a”, do parágrafo 4º do artigo 16, e **ii)** o que dispõe o parágrafo 6º deste artigo;

d) de um Grupo de Entes Públicos Conveniados Restritos, desde que o referido grupo tenha atendido aos critérios de incorporação automática de que trata o parágrafo 6º deste artigo, ocasião em que, obrigatoriamente, será observado para o grupo em questão o Índice de Concentração máximo de 3,9% (três vírgula nove por cento).

II – a inclusão, na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados:

a) de um novo **Ente Público Conveniado**, que tenha celebrado convênio ou contrato com o **BANCO**, desde que o novo em questão, cumulativamente: **i)** seja passível de enquadramento, em razão da Fonte Pagadora, em um grupo já constante da referida Relação de Entes Públicos Conveniados Concentrados, ocasião em que será observado, para o ente em questão o Índice de Concentração previsto na Tabela constante do inciso I do parágrafo 4º do artigo 16 para o correspondente grupo a que o novo ente esteja sendo incorporado, e **ii)** tenha atendido, por ocasião da verificação, pelo **GESTORA**, a condição mencionada no parágrafo 6º abaixo, ou;

b) de um Grupo de Entes Públicos Conveniados Ordinários, desde que, obrigatoriamente tenham sido observados **i)** o disposto no inciso II do parágrafo 4º do artigo 16 e **ii)** o que dispõe o parágrafo 6º deste artigo.

III – a inclusão, na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos:

a) de um novo **Ente Público Conveniado**, que tenha celebrado convênio ou contrato com o **BANCO**, desde que o novo ente em questão: **i)** represente o primeiro elemento de um novo grupo de **Entes Públicos Conveniados**, ou seja, o grupo correspondente à Fonte Pagadora ainda não se encontre relacionado nem na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados, nem na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Ordinários ou; **ii)** tenha atendido, por ocasião da verificação, pelo **GESTORA**, a condição mencionada no parágrafo 7º abaixo;

b) de um novo **Ente Público Conveniado**, que tenha celebrado convênio ou contrato com o **BANCO**, desde que o novo ente em questão: **i)** seja passível de enquadramento, em razão da Fonte Pagadora, em um grupo já constante da Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos, ou; **ii)** tenha sido atendida, por ocasião da verificação, pela **GESTORA**, a condição mencionada no parágrafo 7º deste artigo, ou;

c) de um Grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados ou de um Grupo de Entes Públicos Conveniados Ordinários, desde que o referido grupo tenha atendido aos critérios de incorporação automática de que trata o parágrafo 7º deste artigo, ocasião em que, obrigatoriamente, serão suspensas



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

novas aquisições de Direitos Creditórios relacionados ao referido Grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados ou Grupo de Entes Públicos Conveniados Ordinários até que se reduza, para o grupo em questão, o Índice de Concentração ao limite máximo de 3,9% (três vírgula nove por cento) do PL.

Parágrafo 2º: As inclusões mencionadas no inciso I, alíneas “a” e “b”; inciso II, alínea “a”, e; inciso III, alíneas “a” e “b”, do parágrafo anterior, poderão ser deliberadas pela **ADMINISTRADORA** e pelo **BANCO**, desde que observados os seguintes procedimentos:

I – o **BANCO** entregue à **ADMINISTRADORA** cópia autenticada do respectivo convênio ou contrato de parceria para consignação em folha de pagamento do **Servidor, Aposentado ou Pensionista**;

II - o convênio ou contrato com o **BANCO** tenha sido celebrado observando-se a política de análise de crédito descrita no Capítulo VII deste Regulamento;

III - A **ADMINISTRADORA**, em conjunto com o **BANCO**, considerando-se para tanto a respectiva Fonte Pagadora, defina:

- a) a qual grupo das listas de grupos de **Entes Públicos Conveniados** está vinculado o novo **Ente Público Conveniado**, ou
- b) se o novo **Ente Público Conveniado** representará o primeiro elemento de um novo grupo a ser inserido na Relação de Grupos de Entes Públicos Conveniados Restritos.

Parágrafo 3º: A cada data do RMV, a **GESTORA** verificará o desempenho da carteira dos Direitos Creditórios vencidos, mediante o cálculo dos níveis de adimplência (os “NA”) dos direitos creditórios vencidos até a data do RMV e não pagos até 30 dias (“**NA-0**”), de 31 a 120 dias (“**NA-30**”), de 121 a 180 dias (“**NA-120**”) e há mais de 181 dias (“**NA-180**”) para cada grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados, Entes Públicos Conveniados Ordinários e Entes Públicos Conveniados Restritos.

Parágrafo 4º: Para efeito do disposto no parágrafo 3º:

I - “**NA-0**” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios que, até o último dia útil anterior à data do RMV, estejam vencidos e não pagos por período menor ou igual a 30 (trinta) dias **a)** em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO**, quando calculado para os fins de que trata o inciso XVI do artigo 69 deste Regulamento; ou **b)** relativos à parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** correspondente à participação do respectivo grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados, Entes Públicos Conveniados Ordinários ou Entes Públicos Conveniados Restritos em relação à totalidade dos direitos creditórios do **FUNDO**, quando calculado para os fins dos parágrafos 6º e 7º abaixo;

II - “**NA-30**” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios, integrantes da carteira do **FUNDO** que, até o último dia útil anterior à data do RMV, estejam vencidos e não pagos por período igual ou superior a 31 (trinta e um) dias e menor ou igual a 120 (cento e vinte) dias, **a)** em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO**, quando calculado para os fins de que trata o inciso XVI do artigo 69 deste Regulamento; ou **b)** relativos à parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** correspondente à participação do respectivo grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados, Entes Públicos Conveniados Ordinários ou Entes Públicos Conveniados Restritos em relação à totalidade dos direitos creditórios do **FUNDO**, quando calculado para os fins dos parágrafos 6º e 7º abaixo;

III - “**NA-120**” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios, integrantes da carteira do **FUNDO** que, até o último dia útil anterior à data do RMV, estejam vencidos e não pagos por período igual ou superior a 121 (cento e vinte e um) dias e menor ou igual a 180 (cento e oitenta) dias **a)** em relação ao patrimônio líquido do **FUNDO**, quando calculado para os fins de que trata o inciso XVI do artigo 69 deste Regulamento; ou **b)** relativos à parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** correspondente à participação de um dado **Ente Público Conveniado** em relação à totalidade dos direitos creditórios do **FUNDO**, ou **c)** relativos à parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** correspondente à participação do respectivo grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados, Entes Públicos



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Convenientes Ordinários ou Entes Públicos Convenientes Restritos em relação à totalidade dos direitos creditórios do **FUNDO**, quando calculado para os fins dos parágrafos 6º e 7º abaixo;

IV - “**NA-180**” corresponde ao percentual do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do **FUNDO** que, até o último dia útil anterior à data do RMV, estejam vencidos e não pagos por período igual ou superior a 181 (cento e oitenta e um) dias, **a)** em relação ao montante total das cessões realizadas ao **FUNDO**, quando calculado para os fins de que trata o inciso XVI do artigo 68 deste Regulamento; ou **b)** relativos à parcela das cessões realizadas ao **FUNDO** correspondente à participação do respectivo grupo de Entes Públicos Convenientes Concentrados, Entes Públicos Convenientes Ordinários ou Entes Públicos Convenientes Restritos em relação à totalidade dos direitos creditórios do **FUNDO**, quando calculado para os fins dos parágrafos 6º e 7º abaixo.

Parágrafo 5º: No caso de Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO** referentes a contrato cuja primeira parcela ainda não tenha sido descontada da folha do respectivo devedor dos Direitos Creditórios, os **NA-0**, **NA-30**, **NA-120** e **NA-180** apenas deverão ser calculados a partir da data do RMV do 2º (segundo) mês subsequente ao mês da autorização para consignação em folha de pagamento do respectivo devedor do Direito Creditório.

Parágrafo 6º: Caso em 3 (três) datas do RMV consecutivas, os **NA-0**, o **NA-30**, o **NA-120** e o **NA-180** referentes a cada grupo de Entes Públicos Convenientes Restritos sejam, concomitantemente, igual ou inferior a 20,00% (vinte por cento), a 10,00% (dez por cento), a 3,00% (três por cento) e a 2,00% (dois por cento), respectivamente, o respectivo grupo de Entes Públicos Convenientes Restritos poderá ser automaticamente incorporado à Relação de Entes Públicos Convenientes Ordinários. O novo Índice de Concentração máximo aplicável ao respectivo grupo de Entes Públicos Convenientes Restritos incorporado em questão será de 3,9% (três vírgula nove por cento).

Parágrafo 7º: Caso em 3 (três) datas do RMV consecutivas, os **NA-0**, o **NA-30**, o **NA-120** e **NA-180** referentes a cada grupo de Entes Públicos Convenientes Concentrados ou grupo de Entes Públicos Convenientes Ordinários sejam, concomitantemente, superiores a 20,00% (vinte por cento), a 10,00% (dez por cento), a 3,00% (três por cento) e a 2,00% (dois por cento), respectivamente, o respectivo grupo de Entes Públicos Convenientes Concentrados ou grupo de Entes Públicos Convenientes Ordinários deverá ser automaticamente incorporado à Relação de Entes Públicos Convenientes Restritos. O novo Índice de Concentração máximo aplicável ao respectivo grupo de Entes Públicos Convenientes Concentrados ou grupo de Entes Públicos Convenientes Ordinários em questão será de 3,9% (três vírgula nove por cento).

Parágrafo 8º: Sem prejuízo do disposto nos parágrafos 5º e 6º acima, a **ADMINISTRADORA** suspenderá a aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos/financiamentos que tenham como devedores **Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas** vinculados a um dado **Ente Público Conveniente** que, por um período de 90 (noventa) dias, tenha apresentado um respectivo **NA-0** na entrega de valores consignados, relativos a recebíveis cedidos ao **FUNDO**, igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Artigo 18: A **ADMINISTRADORA** deverá manter reserva de pagamento, por conta e ordem do **FUNDO**, desde a data de subscrição inicial de cada série (a “Data de Subscrição Inicial”) de cotas seniores até a última Data de Amortização (“Reserva de Amortização”). Para a Reserva de Amortização serão segregados e mantidos destacados na contabilidade do **FUNDO** outros ativos que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional (os “Outros Ativos”), que serão destinados exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às parcelas de amortizações de cada série de cotas seniores. A Reserva de Amortização poderá ter forma, critérios de constituição e valor mínimo próprios para cada série de cotas seniores.

Artigo 19: A **ADMINISTRADORA** deverá, ainda, manter reserva para pagamentos de despesas e encargos do **FUNDO** de que trata o artigo 61, por conta e ordem deste, desde a Data de Subscrição Inicial até a liquidação do **FUNDO** (a “Reserva de Caixa”), na qual ativos deverão ser segregados e mantidos destacados na contabilidade do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: A Reserva de Caixa mencionada no caput:



I - destinar-se-á exclusivamente ao pagamento dos montantes referentes às despesas e encargos do **FUNDO**, nelas incluída a taxa de administração; e

II - poderá ter forma e critérios de constituição próprios para cada série de cotas do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Os ativos segregados na Reserva de Caixa não poderão ser utilizados na constituição da Reserva de Amortização, de que trata o artigo 18 deste Regulamento.

Artigo 20: Enquanto existirem cotas seniores em circulação, o Patrimônio Líquido do **FUNDO** deverá observar, em caráter pro-forma, Índice de Solvência igual ou superior a 1,00 (um inteiro) em cada Data de Subscrição Inicial, conforme definida abaixo, que deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula (o “Índice de Solvência do **FUNDO**” ou “ISF”):

$$ISF = \frac{[OA + DC]}{[VAP + RC]}$$

onde:

OA: Outros Ativos do **FUNDO**, que não constituam Direitos Creditórios, incluindo os recursos do **FUNDO** em moeda corrente nacional;

DC: corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes às operações bancárias adimplentes, a serem originadas pelo **BANCO**, bem como pelas empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO** e demais Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as normas aplicáveis e vigentes, e que sejam integrantes da carteira do **FUNDO**, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º (quinto) dia útil imediatamente anterior à data de amortização subsequente;

VAP: corresponde ao Valor de Amortização Previsto de todas as Séries de cotas seniores para a data de amortização de cotas seniores mais próxima; e

RC: corresponde ao percentual a título de Reserva de Caixa da respectiva série de cotas seniores.

Parágrafo 1º: O Índice de Solvência deverá ser calculado pela **GESTORA** todo dia útil, a contar da primeira Data de Subscrição Inicial.

Parágrafo 2º: Caso a **ADMINISTRADORA** verifique que o Índice de Solvência calculado seja menor que 1,00 (um inteiro), a **ADMINISTRADORA** adotará o mesmo procedimento previsto no parágrafo único do artigo 53 deste Regulamento, comunicando o **BANCO** para que subscreva, no prazo mencionado no inciso I do referido, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer o valor mínimo do Índice de Solvência.

Artigo 21: A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) títulos de emissão dos Estados e Municípios;
- e) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios; e
- f) demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, excetuado cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).
- g) depósitos a prazo com garantia especial do FGC – Fundo Garantidor de Crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.692 de 26 de março de 2009 (“DPGE”) ou em ativos lastreados em DPGE, a exemplo de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento que invistam prioritariamente em DPGE.

Parágrafo 1º - Relativamente aos ativos financeiros e/ou modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO**:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica financeira ou não financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**;

Parágrafo 2º - O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** atue como contraparte do **FUNDO**.

Parágrafo 3º - O **FUNDO** poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido em direitos creditórios do **BANCO**, bem como em direitos creditórios das empresas do mesmo Grupo Econômico do **BANCO**.

Parágrafo 4º - Com relação aos ativos previstos na alínea “f” do “caput” acima, somente poderão ser adquiridos pelo **FUNDO** aqueles que caracterizem-se como de baixo risco de crédito, classificados como “investment grade” por qualquer agência de classificação de risco situada no país e, necessariamente, pela agência classificadora de risco das cotas seniores; e

Parágrafo 5º - Com relação ao ativo listado na alínea “g” deste artigo:

I – o valor aplicado pelo **FUNDO** não deverá exceder o limite máximo vigente da garantia prestada pelo FGC para cada depositante; e

II – incidirá o desconto anual de 10% (dez por cento) aplicado sobre o limite máximo vigente da garantia prestada pelo FGC para cada depositante na data do efetivo depósito.”

Artigo 22: O **FUNDO** poderá alocar o equivalente a até 45% (quarenta e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, desde que exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Parágrafo Único: Para o efeito do disposto no caput deste artigo, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Artigo 23: O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, observado o disposto no artigo 21 deste Regulamento.

Artigo 24: Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, devendo, para tanto, ser observada a regra prevista nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 51 deste Regulamento.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 25: Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o cotista. Tendo em vista as características da política de investimento, o **FUNDO** não apresentará, em nenhuma hipótese, patrimônio líquido negativo.

Parágrafo 1º: Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;
- (ii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (iv) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.
- (v) **Risco de Concentração:** A **ADMINISTRADORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. No entanto, a política de investimento do **FUNDO** admite a aquisição e/ou manutenção na carteira do **FUNDO** direitos creditórios de apenas um nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações.
- (vi) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas préfixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as cotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme previsto Regulamento. Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de swap de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de swap ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

- (vii) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (viii) **Riscos Associados aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo Ente Federativo dos vencimentos do Servidor Público devedor. Assim, caso o Servidor Público se desligue do cargo ou função, tal desconto não será possível e a liquidação das obrigações decorrentes do empréstimo ficará dificultada. Ademais, a capacidade de pagamento do Servidor Público poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Servidor Público interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, patrimônio este que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Servidor Público pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**.
- (ix) **Risco dos Entes Federativos:** Os empréstimos contraídos pelos Servidores Públicos são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Federativo a que o Servidor Público é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Servidores Públicos. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios.
- (x) **Risco de Sistemas Associado aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao Agente Cobrador dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Federativo ou de instituição conveniada com este, não tendo o Agente Cobrador controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xi) **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Servidores Públicos é viabilizado por convênios celebrados entre a **ADMINISTRADORA** e os Entes Federativos, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

- (xii) **Risco da cobrança judicial e extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejado, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xiii) **Risco operacional de cobrança, do originador e de fluxo financeiro associado aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são feitas pelo **BANCO**, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com o **BANCO** ou do INSS para que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou o INSS dos vencimentos dos Aposentados e Pensionistas, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período e repassam os valores descontados ao **BANCO** por meio do banco oficial do Ente Público Conveniado do INSS, ou de instituição conveniada com este. Em seguida, tais valores são repassados pelo **BANCO** ao **FUNDO**, no prazo de até 24 horas, contado de tal recebimento. Assim, o **FUNDO** está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação do **BANCO**: **(i)** somente se esses eventos ocorressem na mesma data do pagamento desses recursos pelos Entes Públicos Conveniados ou pelo INSS, e; **(ii)** apenas em relação aos recursos repassados pelos Entes Públicos Conveniados ou pelo INSS no dia de uma eventual intervenção ou liquidação do **BANCO**. Ainda assim, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, não haveria que se falar, em nenhuma hipótese, em apropriação ou incorporação aos ativos do **BANCO**, ou de sua massa, em intervenção ou liquidação, dos ativos de titularidade de terceiros, tais como os Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**, recebidos dos Entes Públicos Conveniados ou do INSS.
- (xiv) **Risco operacional de cobrança associado às operações de “middle market”:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos direitos creditórios poderão ser realizadas pelo **BANCO** atuando em nome próprio ou em nome do **FUNDO**. No caso de serem realizadas em nome do próprio **BANCO**, os valores referentes aos direitos creditórios serão repassados pelo **BANCO** ao **FUNDO**, no prazo de até 24 horas, contado de tal recebimento. Assim, o **FUNDO** está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação do **BANCO**: **(i)** somente se esses eventos ocorressem na mesma data do pagamento desses recursos pelos sacados, e; **(ii)** apenas em relação aos recursos repassados pelo **BANCO** ao **FUNDO** no dia de uma eventual intervenção ou liquidação do **BANCO**. Ainda assim, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, não haveria que se falar, em nenhuma hipótese, em apropriação ou incorporação aos ativos do **BANCO**, ou de sua massa, em intervenção ou liquidação, dos ativos de titularidade de terceiros, tais como os Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**.
- (xv) **Risco de descontinuidade:** A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração proporcionada pelo **FUNDO**, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pelo Administrador, pela Gestora ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.
- (xvi) **Risco de resgate das cotas do FUNDO em direitos creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;

- (xvii) **Risco de atraso no pagamento do resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xviii) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Artigo 26: As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO VII - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

Artigo 27: Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** obedecerão aos requisitos abaixo, conforme o caso descrito:

I - Nas operações descritas na alínea "a" do parágrafo único do Artigo 12 devem ser observadas as seguintes exigências para originação do crédito/operação:

A – Avaliação do risco de crédito Pessoa Jurídica, nos termos das Resoluções 2682 e 2697 do BACEN, bem como dos parâmetros e critérios de atuação estabelecidos internamente, pelas empresas que integram o Grupo Econômico Cruzeiro do Sul.

1 Principais conceitos

1.1 O limite máximo para a contratação de crédito individual ou de um mesmo grupo econômico é de 5 % (cinco por cento) do Patrimônio Líquido de Referência (PLR) do Conglomerado Cruzeiro do Sul.

1.1.1. Grupo Econômico é o conglomerado de empresas cujos controladores ou investidores tenham interesses comuns, por controle de capital ou gestão.

1.5 A Avaliação do Risco de Crédito é resultante da análise de duas naturezas de risco: o Risco do Cliente e o Risco da Operação.

1.2.1 Os critérios internos de avaliação determinam notas que serão relacionados aos Níveis de Risco previstos pela legislação vigente.

1.6 Critérios subjetivos poderão ser considerados na avaliação desde que nos limites e alçadas aqui definidas.

1.7 Consubstanciado por essa Avaliação de Risco será determinado o Limite de Crédito do cliente.

2 Processo de avaliação de crédito

2.a São critérios que determinam obrigatoriedade da Avaliação de Risco de Crédito, pelo Departamento de Análise de Crédito, antes de seu encaminhamento ao Superintendente responsável e ao Comitê de Crédito:

- i) Proposta de Limite de Crédito superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- ii) Existência de balanços patrimoniais apenas no formato gerencial;



iii) Pessoa Jurídica de pequeno porte que, apesar de não possuir balanço, integre conglomerado ou grupo econômico ou mesmo se confunda com a figura dos próprios sócios;

d) Determinação do Comitê de Crédito.

2.b Os créditos inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) poderão ser classificados com Nível de Risco A, sem a necessidade de parecer técnico, segundo legislação vigente.

2.c A Avaliação do Risco de Crédito compreende cinco etapas principais que apuram os seguintes critérios:

VI. Risco do Cliente;

VII. Risco da Operação;

VIII. Critérios Subjetivos;

IX. Avaliação do Risco de Crédito (Níveis de Risco, segundo legislação vigente); e

X. Limite de Crédito.

2.1 Risco do Cliente

2.1.a O Risco do Cliente é apurado através da análise econômico-financeira das pessoas jurídicas. Para isso são utilizados os Indicadores Econômico-Financeiros abaixo descritos, aos quais são atribuídas Notas segundo as tabelas desse mesmo tópico. A média aritmética das Notas obtidas é a Nota Final atribuída ao Risco do Cliente. Critérios subjetivos poderão contribuir na análise do Risco do Cliente como descrito no tópico 2.3..

2.1.1 Indicadores Econômico-Financeiros

2.1.1.1 Indicadores de Liquidez

2.1.1.1.1 Índice de Liquidez Corrente

$ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Capacidade financeira da empresa em saldar suas dívidas de curto prazo (Tabela A).

2.1.1.1.2 Índice de Liquidez Operacional

$ILO = \text{Ativo Circulante Operacional} / \text{Passivo Circulante Operacional}$

Desempenho operacional da empresa em saldar suas dívidas operacionais de curto prazo (Tabela B).

2.1.1.2 Indicador de Endividamento e Fluxo de Caixa

2.1.1.2.1 Comprometimento Financeiro das Receitas Brutas

$CFRB = \text{Dívidas Bancárias de Curto Prazo} / \text{Faturamento Diário Previsto}$

2.1.1.2.1.a Quantidade de dias do fluxo dos recebimentos previsto comprometidos em relação às amortizações de dívidas bancárias de curto prazo. Faturamento diário apurado considerando o faturamento anual previsto (Tabela C).

2.1.1.3 Indicadores de Alavancagem



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

2.1.1.3.1 Comprometimento Total do Patrimônio Líquido Ajustado

CTPLA = Exigível Total / Patrimônio Líquido x 100

Percentual do capital próprio comprometido com todos os credores da empresa (Tabela D).

2.1.1.3.2 Comprometimento Financeiro do Patrimônio Líquido Ajustado

CFPLA = Total de Dívidas Bancárias / Patrimônio Líquido x 100

2.1.1.3.2.a Percentual do capital próprio comprometido com dívidas em instituições financeiras (Tabela E).

2.1.2 Tabelas de Indicadores Econômico-Financeiros

2.1.2.1 Indicadores de Liquidez

Tabela A

Liquidez Corrente				Nota
Sofrível a Crítico				
De	0,0	a	0,0	0,0
De	0,0	a	0,1	0,2
De	0,1	a	0,2	0,5
De	0,2	a	0,3	1,0
De	0,3	a	0,4	1,5
De	0,4	a	0,5	2,0
Crítico a Normal				
De	0,5	a	0,6	2,5
De	0,6	a	0,7	3,0
De	0,7	a	0,8	3,5
De	0,8	a	0,9	4,0
De	0,9	a	1,0	5,0
De	1,0	a	1,1	5,5
De	1,1	a	1,2	6,0
De	1,2	a	1,3	6,5
De	1,3	a	1,4	7,0
De	1,4	a	1,5	7,5
Normal a Excelente				
De	1,5	a	2,0	8,0
De	2,0	a	3,0	9,0
Excelente				
Acima	3,0			10,0

Tabela B

Liquidez Operacional				Nota
Sofrível a Crítico				
De	0,0	A	0,0	0,0
De	0,0	A	0,1	0,2
De	0,1	A	0,2	0,5
De	0,2	A	0,3	1,0
De	0,3	A	0,4	1,5
De	0,4	A	0,5	2,0
Crítico a Normal				
De	0,5	A	0,6	2,5
De	0,6	A	0,7	3,0
De	0,7	A	0,8	3,5
De	0,8	A	0,9	4,0
De	0,9	A	1,0	5,0
De	1,0	A	1,1	5,5
De	1,1	A	1,2	6,0
De	1,2	A	1,3	6,5
De	1,3	A	1,4	7,0
De	1,4	A	1,5	7,5
Normal a Excelente				
De	1,5	A	2,0	8,0
De	2,0	A	3,0	9,0
Excelente				
Acima de	3,0			10,0

2.1.2.2 Indicador de Endividamento e Fluxo de Caixa

Tabela C



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Comprometimento Financeiro das Receitas Brutas				Nota
Excelente a Normal				
De	0	a	5	10,0
De	5	a	10	9,5
De	10	a	20	9,0
De	20	a	30	8,5
De	30	a	40	8,0
De	40	a	50	7,5
De	50	A	60	7,0
Normal a Crítico				
De	60	a	70	6,5
De	70	a	80	6,0
De	80	a	90	5,5
De	90	a	100	5,0
De	100	a	110	4,5
Crítico a Sofrível				
De	110	a	120	4,0
De	120	a	130	3,5
De	130	a	140	3,0
De	140	a	150	2,5
De	150	a	160	2,0
De	160	a	170	1,5
De	170	a	180	1,0
Sofrível				
Acima de	180			0

2.1.2.2 Indicadores de Alavancagem

Tabela D

Comprometimento Total do PL				Nota
Excelente a Normal				
De	0	a	0	10,0
De	0	a	15	9,5
De	15	a	30	9,0
De	30	a	45	8,5
De	45	a	60	8,0

Tabela E

Comprometimento Total do PL				Nota
Excelente a Normal				
De	0	a	0	10,0
De	0	a	10	9,5
De	10	a	15	9,0
De	15	a	20	8,5
De	20	a	25	8,0



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

De	60	a	75	7,5
De	75	a	100	7,0
Normal Crítico				
De	100	a	125	6,5
De	125	a	150	6,0
De	150	a	175	5,0
De	175	a	200	4,5
De	200	a	225	4,0
Crítico a Sofrível				
De	225	a	250	3,5
De	250	a	275	3,0
De	275	a	300	2,5
De	300	a	325	2,0
De	325	a	350	1,5
De	350	a	375	1,0
De	375	a	400	0,5
Sofrível				
Acima de	400			0

De	25	a	30	7,5
De	30	a	40	7,0
Normal Crítico				
De	50	a	60	6,0
De	60	a	70	5,0
De	70	a	80	4,5
De	80	a	90	4,0
De	90	a	100	3,5
Crítico a Sofrível				
De	100	a	110	3,0
De	110	a	120	2,5
De	120	a	130	2,0
De	130	a	140	1,5
De	140	a	150	1,0
De	150	a	160	0,5
Sofrível				
Acima de	160			0

2.1.2 Alguns Conceitos Adicionais

2.1.3.1 O Risco do Cliente independe do tipo de operação, ou de operações, que ele tenha no conglomerado.

2.1.3.2 O Risco do Cliente é a Nota Final obtida pela média aritmética dos indicadores apurados na avaliação Econômico-Financeira realizada e pode ser traduzida para os Níveis de Risco, segundo a legislação vigente, determinados por letras. Esse resultado poderá considerar traduzi-la para os Níveis de Risco. A conversão está detalhada na Tabela de Conversão do próximo tópico.

2.1.4 Tabela de Conversão

Nota do Cliente	Situação Econômico-Financeira	Conceituação Técnica
De 8,5 a 10 AA	Excelente ESTRUTURA DE CAPITALIS: DE EQUILIBRADA A SÓLIDA E ESTÁVEL	Risco de Crédito nos Curto, Médio e Longo Prazo: Inexistente. Condições financeiras sólidas. Organização profissional, com processos de planejamento e controle bem implantados. Domínio ou acesso à tecnologia necessária para o segmento onde atua. Lidera ou tem posição destacada no mercado. Não existem fatores de concorrência aparentes que ameacem a atual situação da empresa. Os produtos oferecidos têm valor reconhecido nos mercados nacional ou internacional. A posição de mercado e tamanho do projeto, grupo econômico ou controle acionário a quem pertence, permite acesso inquestionável ao mercado financeiro nacional ou internacional a qualquer momento. Possui balanços auditados.
De 7,5 A 8,4 A	Muito Boa SITUAÇÃO ECONÔMICO	Risco de Crédito no Curto, Médio e Longo Prazo: Baixo; Estrutura de capitais e situação financeira equilibrada para superavitária. Muito



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

	FINANCEIRA: EQUILIBRADA COM TENDÊNCIA DE MELHORA	bom nível de estabilidade e diversidade. Organização profissional, com processos gerenciais adequados. Domínio da tecnologia que utiliza. Posição de mercado estável, com histórico de bom desempenho nos dados econômico financeiros. Boa reputação no mercado nacional e sem grandes desvantagens competitivas. Acesso fácil a fontes de financiamentos em condições normais de mercado. Controle acionário bem definido. Balanços atualizados e informações gerenciais de boa qualidade.
De 6,0 a 7,4 B	De Boa a Muito Boa SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA: DE EQUILIBRADA A EQUILIBRADA COM TENDÊNCIA DE MELHORA	Risco de Crédito no Curto e Médio Prazo: Baixo; Risco de Crédito no Longo Prazo: Médio. Boa adequação da estrutura de capitais e situação financeira. Sujeito à diversidade de mercado no longo prazo devido ao tamanho do projeto ou tipos de produtos que produz ou comercializa. Bons resultados e ausência de: efeitos cíclicos; problemas gerenciais; fatores de mercados ou; dependência de políticas governamentais. Acesso limitado a fontes de financiamento nacionais em condições normais de mercado. Controle acionário e histórico de pagamentos regulares e adequados. Balanços atualizados e informações gerenciais de boa qualidade.
De 4,5 A 5,9 C	De Regular a Boa SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA: DE DESEQUILIBRADA COM TENDÊNCIA DE MELHORA A EQUILIBRADA	Risco de Crédito no Curto Prazo: Baixo; Risco de Crédito no Médio e Longo Prazo: Médio. Relativa adequação da estrutura de capitais e situação financeira. Alguns elementos de risco no médio e longo prazo podem afetar o desempenho e a adequada situação econômico-financeira. Níveis de proteção de ativos e fluxo de caixa operacional garantem certeza de pagamento de créditos de curto prazo. Fatores de riscos que comprometem a situação financeira no longo prazo necessitam de acompanhamento constante. Sujeita a pressões cíclicas do setor que atua. Fontes de financiamento limitadas em situações normais de mercado. Controle acionário estável e histórico de pagamentos regulares e adequados. Os concorrentes atestam o histórico de pagamento, quando cliente novo. Balanços atualizados e informações gerenciais de boa qualidade.

Nota do Cliente	Situação Econômico- Financeira	Conceituação Técnica
De 3,5 A 4,4 D	De Razoável a Regular SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA: DE DESEQUILIBRADA A DESEQUILIBRADA COM TENDÊNCIA DE MELHORA	Risco de Crédito no Curto, Médio e Longo Prazo: Médio. Estrutura de capitais e situação financeira ajustadas, sofrendo declínio no tempo. Nível de proteção de ativos e fluxo de caixa operacional indicam relativa certeza de pagamento de créditos. Fatores de riscos comprometem a situação financeira e determinam a necessidade de acompanhamentos freqüentes (curtos intervalos). Sujeita a pressões cíclicas do setor que atua. Fontes de financiamentos limitadas em situações normais de mercado. Controle acionário estável e histórico de pagamentos regulares. Concorrentes atestam o seu histórico de pagamento, quando cliente novo. Aprovações com recebíveis performados, avaliação da concentração ou garantias reais formalizadas. Balanços atualizados e boas informações gerenciais.
De 2,5 a 3,4 E	De Fraca a Razoável SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:	Risco de Crédito no Curto e Médio Prazo: Médio Risco de Crédito no Longo Prazo: Alto. Desequilibrada estrutura de capitais e situação financeira temporária ou estável. Níveis de proteção de ativos e de fluxo de caixa operacional determinam alguma certeza de pagamento de créditos de curto e médio prazo. Fatores de riscos comprometem a situação financeira no longo prazo e determinam necessidade de



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

	DE DESEQUILIBRADA COM TENDÊNCIA DE DECLÍNIO A DESEQUILIBRADA	acompanhamento em espaço de tempo muito curto. Sujeita a pressões cíclicas do setor que atua. Fontes de financiamentos muito limitadas em situações normais de mercado. Controle acionário estável e histórico de pagamentos regulares. Os concorrentes atestam o seu histórico de pagamento, quando cliente novo. Balanços atualizados e existência de informações gerenciais.
De 1,5 a 2,4 F	De Péssima a Fraca SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA: DE DEFICITÁRIA A DESEQUILIBRADA COM TENDÊNCIA DE DECLÍNIO	Risco de Crédito no Curto Prazo: Médio; Risco de Crédito no Médio e Longo Prazo: Alto. Desequilibrada estrutura de capitais e situação financeira, por longo tempo. Se histórico de pagamento irregular, descontinuar operações. No caso de curso normal, exigir reforço de garantias líquidas como, por exemplo, a diluição de risco no sacado. Fatores de risco comprometem a situação financeira. Desempenho incerto. Vulnerável às pressões cíclicas do negócio. Fontes de financiamento alternativas difíceis. Requer constantes acompanhamentos. Visita dos gestores deve ser obrigatória mensal. Balanços e informações gerenciais existentes.
De 0,5 a 1,4 G	De Inaceitável A Péssima SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA: DE DEFICITÁRIA COM TENDÊNCIA DE PIORA A DEFICITÁRIA	Risco de Crédito no Curto, médio e Longo Prazo: Alto Risco excessivo. Recomendável descontinuar operações mesmo com histórico de pagamento regular e curso normal. Fatores de riscos comprometem a situação financeira. Desempenho incerto. Vulnerável às pressões cíclicas do negócio. Fontes de financiamento alternativas inexistentes. Requer intenso acompanhamento. Visita dos gestores freqüente e detalhada. Balanços e informações gerenciais fracos.

Nota do Cliente	Situação Econômico-Financeira	Conceituação Técnica
De 0,0 a 0,4 H	Inaceitável SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA: DE INSOLVENTE S/ POSSIBILIDADE DE MELHORA A DEFICITÁRIA COM TENDÊNCIA DE PIORA	Risco de Crédito no Curto, Médio e Longo Prazo: Inaceitável Dúvidas sobre o pagamento. Créditos em liquidação ou reconhecidos gerencialmente como perda. Os créditos desta categoria não devem ser renovados salvo se de valor inferior ao amortizado, sendo a renovação somente em caso de recuperação suportada por procedimento jurídico.

2.2 Risco da operação

Cada nova operação de um Cliente já cadastrado e analisado será avaliada isoladamente. A proposição para a sua realização será formalmente encaminhada pelo responsável comercial, enquanto a avaliação será elaborada e formalizada pelo Departamento de Análise de Crédito, em documento apropriado: a Proposta de Limite de Crédito – PLC.

2.2.1 Critérios de Avaliação

O Risco da Operação é obtido pela avaliação da mesma segundo três critérios. Cada critério determina uma Nota e o resultado obtido pela média dessas notas, ponderadas pelos respectivos pesos de cada critério é o Risco da Operação. Critérios subjetivos poderão contribuir na análise do Risco da Operação como descrito no tópico 2.3. Os três critérios são:



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

- a) Concentração do Risco
- b) Prazo
- c) Garantia/Modalidade

2.2.2 Pesos de Ponderação

Para a obtenção do Risco da Operação, os critérios de avaliação são ponderados pelos seguintes pesos:

- a) Concentração do Risco: 20,00 % (vinte por cento)
- b) Prazo: 30,00 % (trinta por cento)
- c) Garantia/Modalidade: 50,00 % (cinquenta por cento)

2.2.2.1: a Concentração do Risco é a percentagem que o Limite de Crédito proposto representa em relação ao Patrimônio Líquido de Referência do Conglomerado Cruzeiro do Sul.

2.2.3 Tabela de Critérios

Critérios de Avaliação		Notas	
a) Concentração do Risco			
até 1,00 %		10	
de 1,01 a 2,00 %		9	
de 2,01 a 3,00 %		8	
de 3,01 a 5,00 %		7	
de 5,01 a 10,00 %		6	
de 10,01 a 15,00 %		5	
de 15,01 a 20,00 %		2	
de 20,01 a 25,00 %		0	
b) Prazo			
		Amortização	
		Única	Parcelada
até 3 meses		10	10
até 6 meses		8	9
até 12 meses		5	8
até 18 meses		3	7
até 24 meses		2	5
c) Garantia / Modalidade			
CDB		10	
Fiança		10	
Duplicatas	Penhor	8,5	
	Desconto	8,5	
	Caução	8,5	
Cheques		7	
Domicílio Bancário Não Performado	Sem Anuência	5	
	Com Anuência	7	
Domicílio Bancário Performado	Sem Anuência	6,5	
	Com Anuência	9,0	
Aval		3	
Penhor Mercantil		2	
Hipoteca		6	
Alienação Fiduciária		7,5	
Sem Garantia		0,5	

2.2.4 Alguns Conceitos Adicionais



2.2.4.1 Prevalece a maior nota no caso da operação apresentar mais de um tipo de garantia.

2.2.4.2 É necessária a aprovação prévia do sacado, pelo Comitê de Crédito, sempre que houver concentração de sacados acima de 10,00 % (dez por cento) da carteira do cedente.

O Risco da Operação é a média ponderada das Notas obtidas nos Critérios e pode ser convertida em Níveis de Risco, segundo a legislação vigente, determinadas por letras. Este resultado poderá considerar também critérios subjetivos descritos no tópico 2.3 e, nesse caso, somente após considerarmos esses critérios e seu impacto na avaliação obteremos a Nota Final e poderemos traduzi-la para os Níveis de Risco segundo a Tabela de Conversão, do tópico 2.1.4..

2.3 Critérios subjetivos

2.3.A Critérios subjetivos podem influenciar, positiva ou negativamente, a Avaliação de Risco de Crédito desde que as condições e contexto em que forem verificados sejam completa e adequadamente documentados pelo responsável pela proposta do crédito.

2.3.B A subjetividade pode afetar a Nota Final apurada pela média dos Indicadores e Critérios, respectivamente no Risco do Cliente e no Risco da Operação, em até 20,00 % (vinte por cento), desde que essa variação esteja limitada à, no máximo, 2 (dois) Níveis de Risco – letras – estabelecidos pela legislação vigente.

2.3.C O Risco da Operação pode ser bonificado em até 10,00 % (dez por cento), no momento da renovação, se houver histórico positivo de liquidez, atendendo à expectativa criada quando da avaliação anterior. A bonificação pode ser continuada a cada renovação de limite, enquanto a experiência positiva de liquidez for mantida. A bonificação não é acumulativa a cada renovação, assim como também não é acumulativa com o impacto da subjetividade no Risco da Operação. Alguns critérios subjetivos são listados abaixo:

2.3.1 Qualidade dos sócios e avalistas

2.3.1.A A Avaliação do Risco do sócio ou avalista poderá substituir a Avaliação do Risco de Pessoa Jurídica caso a Pessoa Física se sobreponha à Pessoa Jurídica.

2.3.2 Relacionamento

2.3.2.A O relacionamento do cliente com o conglomerado ou diretamente com o Comitê Executivo.

2.3.3 Comportamento histórico

2.3.3.A Comportamento histórico comprovado de pagamentos no conglomerado ou em concorrentes do mercado.

2.3.4 Elevada Sazonalidade

2.3.4.A No caso de elevado grau de sazonalidade a Avaliação de Risco apurada no balanço anual pode ser mantida, não excluindo a necessária análise dos balancetes.

2.3.5 Divergência ente Indicadores e realidade

2.3.5.A Percepção que os Indicadores Financeiros não refletem a realidade da atividade econômica da empresa ou seu “modus operandi”.

2.3.6 Interesse estratégico



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

2.3.6.A Interesse comercial do conglomerado no estabelecimento ou manutenção de relacionamento com o cliente.

2.3.7 Estrutura societária

2.3.7.a Empresa de porte pequeno ou situação financeira não condizente com o proposto, integrante de grupo econômico, pode ter sua nota pautada no consolidado do grupo, desde que a operação seja avalizada pelo controlador na sua pessoa jurídica ou física.

2.3.8 Tradição e história

2.3.8.A Período de existência ou de atividade da empresa.

2.3.1.B Período de participação dos acionistas na empresa.

2.3.9. Contexto econômico-financeiro

2.3.9.a Fragilidade ou solidez, decorrente do porte, mercado, região que atua.

2.4 Avaliação do risco de crédito

2.4.a A Avaliação do Risco de Crédito é obtida pela média ponderada das avaliações que resultam no Risco do Cliente e no Risco da Operação. Os pesos para essa ponderação são iguais a 50,00 % (cinquenta por cento).

2.4.b O Quadro exemplificativo abaixo resume e formaliza as etapas da avaliação e é obrigatório em todos os dossiês:

Empresa: ABC Exemplo S.A.		Data Operação 4/6/2005		
Operação: GIRO / DUPL		Data Revisão		
		Risco da Operação	A	Risco do Cliente
				B
		PLR R\$ mil 143.000,0		
		Valor Operado R\$ mil 5.000,0		
RISCO DA OPERAÇÃO		Pontos	Pesos	Nota Ponderada
1. Concentração de Risco		3,5%	7,0	0,2
2. Prazo		90 dias	10,00	0,3
3. Garantia / Modalidade		DPL	8,5	0,5
Risco da Operação {Notas Ponderadas de (1+2+3) / 3}		8,5		
		Risco da Operação (com Bônus)		8,7
RISCO DO CLIENTE	Data Base: 31 / 12 / 2004	Pontos		
1. Liquidez Corrente		7,5		
2. Liquidez Corrente Operacional		8,0		
3. Comprometimento Financeiro da Renda Bruta		6,5		
4. Comprometimento Total do Patrimônio Líquido Ajustado		4,5		
5. Comprometimento Financeiro do Patrimônio Líquido Ajustado		3,5		
Risco do Cliente		6,0		
Risco do Cliente (com Bônus)		6,0		
Risco da Operação (com bônus) ponderada (50 %)			4,3	
Risco do Cliente (com bônus) ponderado (50 %)			3,0	



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO		7,3	B
Comentários / Ponderações do Analista/ Justificativa do Bônus (quando houver):			
Data:	Comercial:	Analista:	

2.5 Limite de Crédito

2.5.1 O Limite de Crédito é um atributo do Cliente e engloba todas as suas operações com o conglomerado. A Divisão de Middle Market, ao encaminhar a sua proposta, e o Departamento de Análise de Crédito, ao realizar sua avaliação, podem encaminhar suas sugestões, entretanto sua definição é da alçada exclusiva do Comitê de Crédito.

2.5.2 O Comitê de Crédito determina o Limite de Crédito e seu Prazo de Validade, após o qual nenhum crédito poderá ser renovado ou concedido exceto se houver nova determinação do Comitê.

2.5.3 O Prazo de Validade máximo para um Limite de Crédito é de 6 (seis) meses, sendo que o Comitê de Crédito tem alçada para determinar prazos inferiores.

3 Aprovação do crédito

Durante as etapas do Processo de Avaliação, o responsável do Departamento de Análise de Crédito elabora sua análise e emite parecer nos documentos Proposta de Limite de Crédito – PLC – que, juntamente com outros documentos relevantes (como o Quadro Resumo supra) compõe o dossiê de análise. O dossiê é submetido ao Superintendente responsável pela operação e, caso aprovado por este, submetido a avaliação do Comitê de Crédito.

4 Atualização da avaliação do risco de crédito

4.1. A Avaliação do Risco de Crédito tem prazo máximo de 6 (seis) meses, sendo alçada do Comitê de Crédito determinar a sua realização em prazo inferior a esse.

4.2. As Divisões Middle Market e o Departamento de Análise de Crédito podem sugerir ao Comitê de Crédito a revisão da Avaliação do Risco de Crédito de um Cliente, motivados por novos fatos conjunturais ou empresariais que, a seu julgamento, justifiquem o fato.

II – Nas operações de crédito, descritas na alínea “b” do parágrafo único do Artigo 12, deverão ser observadas as seguintes exigências:

a - os empréstimos/financiamentos podem ser concedidos para determinado Servidor Público, Aposentado ou Pensionista somente se as parcelas de pagamento do empréstimo/financiamento pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, tendo em vista que os convênios celebrados com os Entes Públicos Conveniados estabelecem percentuais máximos da remuneração que podem ser comprometidos com desconto em folha. A definição dos limites leva em consideração todos os valores que já são descontados dos vencimentos. Assim, o Servidor Público deve apresentar documentos que comprovem sua condição de Servidor Público e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;

b - os empréstimos/financiamentos devem ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais; e

c - o prazo de duração dos empréstimos/financiamentos é de, no mínimo 06 (seis) meses e, de no máximo, 48 (quarenta e oito) meses.

Artigo 28: A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios referidos na alínea “a” do parágrafo único do Artigo 12 serão realizados pelo **BANCO**, sob a supervisão da **ADMINISTRADORA**, para que as parcelas das operações bancárias originadas concedidas às Pessoas Físicas e Jurídicas que



busquem a obtenção de crédito junto ao Mercado Financeiro, seja realizada. As etapas da cobrança consistem em:

- a - ligação ao devedor no 5º (quinto) dia de atraso para informar que o título/parcela está vencido;
- b - novo telefonema ao devedor no 9º (nono) dia de atraso;
- c - emissão de carta de cobrança ao devedor no 15º (décimo quinto) dia de atraso;
- d - notificação ao devedor no 30º (trigésimo) dia de atraso; e
- e – encaminhamento à área jurídica do Cedente para as providências judiciais cabíveis.

Artigo 29: A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios referidos na alínea “b” do parágrafo único do Artigo 12 serão feitos pelo **BANCO**, com o auxílio dos **Entes Públicos Conveniados** que mantêm com convênio com o **BANCO**, sob supervisão da **ADMINISTRADORA**, para que as parcelas dos empréstimos/financiamentos concedidos aos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** sejam descontadas em folha de pagamento. As etapas da cobrança consistem em:

I - os **Entes Públicos Conveniados** descontam dos vencimentos dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;

II - os valores descontados são repassados ao **BANCO** por meio do banco oficial do **Ente Público Conveniado**, ou de instituição conveniada com este;

III - o repasse mensal para o **BANCO** pode ser, conforme o **Ente Público Conveniado**, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;

IV - ao receber os valores, o **BANCO** os confronta com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos **Entes Públicos Conveniados**, informando quais **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** terão as parcelas dos empréstimos/financiamentos descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes. Em geral, a inadimplência decorre de exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;

V - havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o **BANCO** questiona o **Ente Público Conveniado** e o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;

VI - apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VII - os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pelo **BANCO** são, por fim, repassados ao **FUNDO**, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados de tal recebimento.

Parágrafo Único: Os créditos inadimplidos serão objeto de cobrança pela **ADMINISTRADORA** que contará com o know how do **BANCO**, que observará os seguintes procedimentos:

I - se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente e eventual cobrança judicial da quantia devida;

II - se a causa da inadimplência é a morte do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**, busca-se cobrar do espólio, ou receber a indenização a ser paga pelo seguro, quando o crédito cedido ao **FUNDO** seja garantido por seguro; e



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**



III - se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**.

Artigo 30: No caso de cessão ou alienação dos direitos creditórios referidos no “caput” acima, a cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pelo novo titular dos mesmos, deixando, portanto, o **BANCO**, salvo manifestação expressa em contrário, de ser o responsável pela cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios.

Parágrafo 1º: Todas as despesas necessárias para a efetivação da cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios dos Inadimplentes serão suportadas diretamente pelo **FUNDO**, nos termos do Artigo 61 do Regulamento.

Parágrafo 2º: Nas cobranças extrajudicial e judicial, as respectivas despesas têm o objetivo de promover a salvaguarda e a cobrança dos direitos e prerrogativas decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo todos os custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança a que se refere o parágrafo acima.

CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 31: Será de competência privativa da Assembléia Geral de cotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do **FUNDO**, inclusive para prorrogar o prazo de duração do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**;

VI – deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das Cotas Seniores, conforme definido neste Regulamento;

Parágrafo Único: O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 32: A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 33: A convocação da Assembléia Geral de Cotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) de que trata o inciso IV, do artigo 4º deste Regulamento, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os cotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 34: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de cotistas possuidores de cotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

Artigo 35: Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada cota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos II a VI, do artigo 31, bem como as deliberações tomadas nas assembleias de que tratam o parágrafo 3º do artigo 68 e o parágrafo 1º do artigo 69, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Parágrafo 2º: Somente podem votar na Assembléia Geral os cotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 3º: Não têm direito a voto na assembleia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados.

Parágrafo 4º: As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 31, incisos II, III, IV, V, VI, dependerão de aprovação, em Assembléia Geral, de Cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) da Cotas emitidas com direito a voto nos termos deste Artigo 31.

Parágrafo 5º: As deliberações relativas à matéria prevista no Artigo 31, incisos I, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas presentes.

Parágrafo 6º: Não obstante as regras acima estabelecidas, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas terão direito de vetar, por maioria dos presentes, qualquer deliberação de aumento da taxa de administração prevista no artigo 9º deste Regulamento, bem como a elevação do benchmark de rentabilidade das Cotas Seniores em circulação.



Artigo 36: As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no caput deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista.

Artigo 37: As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de cotistas presentes na assembléia geral;
- II – cópia da ata da assembléia geral;
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

CAPÍTULO IX - DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 38: As cotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos, ou séries para as cotas subordinadas. Todas as cotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de cotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das cotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Artigo 39: As cotas seniores do **FUNDO** são avaliadas por empresa classificadora de risco (de rating) especializada, conforme detalhado no Prospecto do **FUNDO**. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Único: Caso ocorra o rebaixamento do rating das classes de cotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

Artigo 40: A integralização, a amortização e o resgate de cotas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, ordem de pagamento, transferência eletrônica disponível - TED, CETIP, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN. Nestas datas as cotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

Parágrafo 1º: Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas.

Parágrafo 2º: Em vista da Contribuição Permanente sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de cotas deverá ser realizada por meio de débito e crédito em conta corrente, ordem de pagamento, transferência eletrônica disponível - TED, CETIP, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, concomitantemente à venda, pelo cedente, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 3º: As cotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. Em vista da Contribuição Permanente sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, as amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de cotas serão efetivados somente



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

em débito e crédito em conta corrente, por meio de qualquer débito e crédito em conta corrente, ordem de pagamento, transferência eletrônica disponível - TED, CETIP, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, simultaneamente à compra, pelo cotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 41: Na emissão de cotas seniores do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da cota do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Parágrafo Único: Na emissão de cotas subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da cota do dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Artigo 42: No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - quantidade e classe de cotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

Artigo 43: A critério da **ADMINISTRADORA**, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. As novas cotas poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

Parágrafo 1º: Na emissão de cotas mencionadas no caput, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do caput do artigo 52 deste Regulamento.

Parágrafo 2º: As cotas mencionadas no caput deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Cotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356.

Parágrafo 3º: O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Parágrafo 4º: Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas neste Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Parágrafo 5º: Não haverá direito de preferência para os cotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os cotistas de quaisquer das séries subsequentes à 1ª Série, na aquisição de cotas de eventuais novas séries de cotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Artigo 44: Não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração do **FUNDO**, encerramento das amortizações de cotas de cada série de cotas seniores ou da liquidação do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: No resgate será utilizado o valor da cota em vigor no dia do pagamento respectivo.

Parágrafo 2º: As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as cotas seniores, conforme disposto neste Regulamento.

Parágrafo 3º: Excetua-se do disposto no parágrafo supra a hipótese de amortização de cotas subordinadas prevista no artigo 53 deste Regulamento.



Parágrafo 4º: Por ocasião do resgate de que trata o caput, a **ADMINISTRADORA** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos no parágrafo 1º do artigo 69, e os procedimentos definidos nos parágrafos 3º e 4º do artigo 68 deste Regulamento.

Parágrafo 5º: O **FUNDO** não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis.

Parágrafo 6º: Para fins do disposto no parágrafo 5º, anterior, entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 1º do artigo 10º deste Regulamento.

Artigo 45: As cotas do **FUNDO** poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

Artigo 46: As cotas seniores do **FUNDO** serão registradas para custódia e negociação, nos mercados primário e secundário, na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP..

Artigo 47: A amortização das cotas de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de cotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios.

Parágrafo Único: A antecipação do início da amortização de cotas do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 48: Na hipótese da rentabilidade atribuída às cotas subordinadas resultar em mais de 30% (trinta por cento) do patrimônio do **FUNDO** representado por cotas subordinadas, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de cotas do **FUNDO**, na data do RMV, a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização; e

II - as cotas serão amortizadas inclusive visando ao re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, após a comunicação e a concordância dos cotistas subordinados e uma vez observadas as regras constantes do artigo 56 deste Regulamento.

Artigo 49: O **FUNDO** somente poderá emitir série de cotas seniores, em qualquer distribuição, desde que, computada, pro forma, a integralização, total ou parcial, da respectiva série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o Índice de Solvência, de que trata o artigo 20, seja igual ou superior a 1,00 (um inteiro).

CAPÍTULO X - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 50: Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo Único: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Artigo 51: As cotas do **FUNDO** serão valoradas todo dia útil.

Parágrafo 1º: Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da



correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II – Os ativos que têm valor de mercado, serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; e

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Parágrafo 2º: O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido a somatória de que trata este parágrafo, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às cotas seniores.

Parágrafo 3º: Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o benchmark definido na Política de Investimento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Artigo 52: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, com redação dada pela Instrução 393, e enquanto existirem cotas seniores em circulação, o percentual mínimo de cotas subordinadas será equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter 30% (trinta por cento) de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do site da **ADMINISTRADORA** (www.bcsul.com.br).

Parágrafo Único: Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no caput, com cotas subordinadas representando, por mais de 10 (dez) dias corridos, menos que 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao **BANCO**, bem como as empresas do mesmo Grupo Econômico, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará ao **BANCO** e às empresas do mesmo Grupo Econômico, que providenciem o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará ao **BANCO** e às empresas do mesmo Grupo Econômico o número mínimo de cotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no caput.

II - O **BANCO**, ou as empresas do mesmo Grupo Econômico, deverão, conjunta ou isoladamente, subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I deste parágrafo, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e cotas seniores mencionada no caput.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte do **BANCO** ou das empresas do mesmo Grupo Econômico, de um número de cotas subordinadas suficientes para a atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO XI - PATRIMÔNIO INICIAL

Artigo 53: A primeira série de cotas do **FUNDO**, representativa do patrimônio inicial, será composta por até 40.000 (quarenta mil) cotas sendo até 28.000 cotas seniores e 12.000 cotas subordinadas, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo 1º: A primeira série de cotas, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um benchmark de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 115% (cento e quinze por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP.

Parágrafo 2º: Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou da **GESTORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: A primeira série de cotas terá prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data do início da distribuição pública das cotas seniores.

Parágrafo 4º: Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da cota de mesma classe do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Parágrafo 5º: Em razão do disposto no parágrafo único, do artigo 53, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de cotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto parágrafo 2º, do artigo 60, observado o disposto no parágrafo 1º do mesmo artigo.

Parágrafo 6º: O investimento mínimo por investidor é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Parágrafo 7º: Apenas as cotas seniores serão distribuídas publicamente.

Artigo 54: Observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 44 e no parágrafo 3º deste artigo, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês, contado da data de início das atividades do **FUNDO**, tanto as cotas seniores como as subordinadas do **FUNDO** terão seus valores amortizados trimestralmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

48º mês	51º mês	54º mês	57º mês	60º mês
1/5	2/5	3/5	4/5	5/5

Parágrafo 1º: A amortização deverá respeitar a relação entre cotas seniores e patrimônio líquido do **FUNDO** definida no caput do artigo 53 deste Regulamento.



Parágrafo 2º: O pagamento das amortizações deverá ser feito no dia 15 dia de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.”

Parágrafo 3º: O pagamento das amortizações e do resgate mencionado no parágrafo 5º, abaixo, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e juros.

Parágrafo 4º: O resgate das cotas seniores se dará no 60º (sexagésimo) mês, contados da data do início da distribuição pública das cotas seniores, conforme parágrafos 1º e 2º supra.

Parágrafo 5º: A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento a amortização das cotas subordinadas previstas neste artigo.

Artigo 55 - Enquanto existirem cotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar:

- d) o Índice de Solvência, de que trata o artigo 20 deste Regulamento, referente a cada Série em Circulação, deverá ser igual ou superior a 1 (um);
- e) a relação referente ao valor das cotas seniores, de que trata o caput do artigo 53 deste Regulamento deverá ser, no máximo, de 70% (setenta por cento);
- f) a Reserva de Amortização de que trata o artigo 18 deverá ser equivalente ao valor mínimo definido para cada série de cotas seniores do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: Todos os valores mencionados no caput serão apurados diariamente pela **GESTORA**.

Parágrafo 2º: Especificamente para a primeira série de cotas seniores do **FUNDO**, o valor mínimo para a Reserva de Amortização deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da amortização das cotas seniores subsequente, conforme definido no artigo 58.

Artigo 56: As cotas subordinadas da 1ª Série, representativas do Patrimônio Inicial, poderão ser amortizadas, se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pela **ADMINISTRADORA** que foi ultrapassado o percentual de 30% (trinta por cento) de que trata o caput do artigo 52 deste Regulamento, a partir do 1º (primeiro) mês contado da primeira Data de Subscrição Inicial, desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das cotas seniores prevista para aquele trimestre, nos termos previsto no artigo 54 deste Regulamento;

II – considerada, pro forma, a amortização de cotas subordinadas pretendida, o **FUNDO** atenda, concomitantemente a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no caput do artigo 56 deste Regulamento, e

Parágrafo Único: A amortização das Cotas subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as cotas seniores.

Artigo 57: Na forma do artigo 18 deste Regulamento, para a 1ª série de cotas do **FUNDO**, representativas do Patrimônio Inicial, **ADMINISTRADORA** manterá Reserva de Amortização, que observará, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

I - até o 30º (trigésimo) dia anterior a cada data de amortização, o valor de resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, projetado até a referida data de amortização, deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado de amortização da respectiva Série para a referida data.



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

II - para a constituição da Reserva de Amortização, deverá privilegiar a aquisição de Outros Ativos remunerados a taxas pós-fixadas e cujas datas de vencimento ou resgate, bem como sua liquidez de mercado, permitam o pagamento tempestivo das parcelas de amortização, observado ainda o disposto nos artigos 21 a 25 deste Regulamento.

Parágrafo Único: Se a Reserva de Amortização, mencionada no caput, deixar de atender ao limite de enquadramento descrito no inciso I do caput deste artigo, a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO**, deverá interromper imediatamente a aquisição de novos direitos creditórios e destinar todos os recursos do **FUNDO**, em moeda corrente nacional, para a recomposição da Reserva de Amortização. A **ADMINISTRADORA** somente interromperá tal procedimento quando, conforme o caso, o valor de saque, resgate e/ou alienação dos Outros Ativos segregados na Reserva de Amortização, livres de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente ao Valor de Amortização.

Artigo 58: As previsões de Reserva de Amortização, mencionada no artigo 18 deste Regulamento, a Reserva de Caixa, prevista no artigo 19 deste Regulamento e o Índice de Solvência, de que trata o artigo 20, não constituem promessa de rendimentos ou garantia de pagamento das parcelas de amortização, estabelecendo meramente uma previsão de amortização e procedimento de constituição de reserva para tanto, bem como a preferência entre as cotas seniores e subordinadas existentes. Portanto, as cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do **FUNDO** assim o permitirem.

Artigo 59: As cotas mencionadas no artigo 53 deste Regulamento, representativas do patrimônio inicial do **FUNDO**, deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos na deliberação de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º e incisos I a VIII, da Instrução 356.

Parágrafo 1º: Na subscrição de cotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da cota de mesma classe do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Parágrafo 2º: Será admitida a integralização de cotas subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pela **ADMINISTRADORA**, bem como no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

Artigo 60: O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

CAPÍTULO XII - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 61: Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de distribuição de cotas do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;



- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de cotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;
- l) despesa com a taxa de registro na BOVESPA/SOMA; e
- m) despesa com a anuidade na BOVESPA/SOMA.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a carteira do **FUNDO**, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

CAPÍTULO XIII - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 62: A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Único: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem cotas do **FUNDO**.

Artigo 63: A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 64: A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 65: As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1º: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 1 (um) ano, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 2º: Enquanto a CVM não editar as normas referidas no caput, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XIV – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 66: O **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 67: Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações (os “Eventos de Liquidação”):

I - por deliberação de assembléia geral de cotistas, nas hipóteses descritas nos artigos 53, parágrafo único, III, letra “c” e artigo 8º, II, “b”, ambos deste Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro **FUNDO** de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;

V - caso o **BANCO** deixe de comunicar à **ADMINISTRADORA** e/ou ao **CUSTODIANTE** a ocorrência de um Evento de Avaliação;

VII – se houver amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento, e;

VIII – se houver decretação de Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Regime Especial de Administração Temporária – RAET do **BANCO**, ou de qualquer uma das empresas de seu Grupo Econômico.

Parágrafo 1º: Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo 2º: Na ocorrência de liquidação antecipada do **FUNDO**, as cotas poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo ser observado, no que couber, as disposições dos Capítulos IX e XI deste Regulamento.

Parágrafo 3º: - Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá **i)** notificar os Cotistas, **ii)** suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e **iii)** dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de cotas do **FUNDO** definidos no parágrafo 4º abaixo. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 5 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os cotistas deliberem, uma vez observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 35, sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos cotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º deste artigo.



Parágrafo 4º: Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de cotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 52 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das cotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das cotas seniores, será pago aos titulares de cotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de cotas de cada titular, observando-se:

I - os cotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos da parágrafo 2º deste artigo, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 52, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 52, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das cotas seniores e cotas subordinadas.

Parágrafo 5º - A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: **i)** as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; **ii)** que cada cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais cotas de mesma classe

CAPÍTULO XV – EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 68: Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas (os “Eventos de Avaliação”), caberá à **ADMINISTRADORA**, ao **CUSTODIANTE**, ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos cotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo II deste Regulamento, que não seja um evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;

III - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 3º do artigo 2º do Capítulo II deste Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

IV - aquisição reiterada, pela **ADMINISTRADORA**, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo VI deste Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série de cotas do **FUNDO** em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - não subscrição, por qualquer motivo, pelo **BANCO**, uma vez decorrido o prazo de que trata o alínea “a” do inciso I, do parágrafo único, do artigo 52, de tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e cotas seniores mencionada no caput do referido artigo 53 deste Regulamento; e

VII - inobservância pelo **BANCO** dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, o **BANCO** não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

VIII - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das cotas seniores;



IX - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

X - renúncia do **CUSTODIANTE**;

XI - caso o **BANCO** deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, na forma como dispõe a Resolução 2.099, de 26 de agosto de 1999, do Banco Central do Brasil, por três meses consecutivos, por ocasião da verificação mensal do desempenho da Carteira do Direitos Creditórios pela **ADMINISTRADORA**;

XII - ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão definidos no Capítulo IX – Dos Eventos de Rescisão do Contrato de Cessão;

XIII - caso a “Taxa DI”, divulgada pela CETIP (CDI Extra Grupo) seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;

XIV – se houver resilição do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os direitos creditórios, se houver, e não tenha sido deliberado pelos cotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias;

XV – caso o **FUNDO** deixe de atender ao Índice de Solvência ou ao RC, e **i)** tal evento não seja sanado ou **ii)** não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos neste Regulamento, até a data do RMV seguinte à data do RMV em que se verificar o tal desenquadramento, e;

XVI – caso, na forma do artigo 16 deste Regulamento, o **NA-0**, **NA-30**, **NA-120** ou **NA-180** da totalidade da carteira de direitos creditórios apurado pela **ADMINISTRADORA** em 3 (três) datas do RMV consecutivas, seja superior a, respectivamente, 20,00% (vinte por cento), 10,00% (dez por cento), 3,00% (três por cento) e 2,00% (dois por cento).

Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente o pagamento pela amortização de cotas subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 5 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Uma vez observado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 35, caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no parágrafos 3º a 6º do artigo 68, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Artigo 69: Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de cotas seniores.

CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 70: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

Rio de Janeiro, 08 de julho de 2008.

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ANEXO I

PARÂMETROS INDICADOS PARA DETERMINAR A AMOSTRA DOS RECEBÍVEIS

1. O Custodiante deve analisar trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando à margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Clientes dos respectivos Direitos Creditórios selecionados;
2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, o qual segue abaixo detalhado:
 - 2.1 - Obtenção de base de dados analítica por recebível;
 - 2.2 - Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
 - 2.3 - Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao Fiel Depositário;
 - 2.4 - Verificação da documentação acessória representativa dos direitos creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
 - 2.5 - Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
 - 2.6 - Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
 - 2.7 - Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao Fiel Depositário.
3. Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos Creditórios.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

SUPLEMENTO Nº 01 – 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

ANEXO – SUPLEMENTO

SUPLEMENTO DA 2ª SÉRIE

Suplemento nº 1 referente à 2ª Série emitida nos termos do regulamento do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX MULTICRED FINANCEIRO** (“**FUNDO**”), registrado no 1º Registro de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante, inscrito no CNPJ sob o nº 07.766.151/0001-02 e administrado pela **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**.

1. PRAZO. O prazo de duração da 2ª Série é de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de cotas seniores do **FUNDO**.

2. BENCHMARK. As cotas seniores da 2ª Série possuem um benchmark de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 118% (cento e dezoito por cento) da taxa do CDI. As cotas subordinadas não possuirão benchmark de rentabilidade definido.

2.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

3. AVALIAÇÃO DE RISCO – RATING. As cotas seniores da 2ª Série obtiveram da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco AA.

4. QUANTIDADE. Serão emitidas até 15.000 (quinze mil) cotas seniores, com um valor inicial, na Data de Emissão das cotas da 2ª Série, de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada.

5. VALOR DE EMISSÃO. O valor mínimo de subscrição de cotas seniores e subordinadas no período de distribuição da 2ª Série é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

6. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de cotas seniores do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da cota de mesma classe do dia subsequente à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

7. DISTRIBUIÇÃO. A distribuição da 2ª Série de Cotas do **FUNDO**, ofertadas publicamente, será liderada pela **ADMINISTRADORA** em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da 2ª Série.

7.1. A **ADMINISTRADORA** deverá observar a Razão de Garantia, definida no Artigo 53 deste Regulamento.

8. AMORTIZAÇÃO E RESGATE. A partir do 21º (vigésimo primeiro) mês contado da data da primeira integralização de cotas seniores, as cotas seniores da 2ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

21º mês	24º mês	27º mês	30º mês	33º mês	36º mês
1/6	2/6	3/6	4/6	5/6	6/6

8.1. A amortização das cotas seniores da 2ª Série somente poderá ocorrer antes dos prazos previstos acima na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento.



8.2. O pagamento das amortizações deverá ser feito no dia 15 de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.3. O resgate das cotas seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, no dia 15, contado da data da primeira integralização de cotas seniores da 2ª Série. Se a data prevista para pagamento do resgate cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.4. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 8.1, 8.2 e 8.3, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser averbado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.



**Cruzeiro
do Sul
DTV**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

ANEXO IV – RELATÓRIO DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



Relatório de Monitoramento

04/ago/2009

FIDC BCSUL VERAX MULTICRED

Condomínio:	Fechado	Administrador:	Cruzeiro do Sul S/A. D.T.V.M.										
Prazo:	20 anos	Gestor:	BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda.										
Data de registro:	09/01/2008	Custodiante:	Deutsche Bank – Banco Alemão S/A										
Classe de Cotas	Seniores e Subordinadas	Originador:	Banco Cruzeiro do Sul S/A										
Nº de Séries:	1	Auditoria:	KPMG Auditores Independentes										
Política de Investimento:	<ul style="list-style-type: none">Principal ativo: Direitos creditórios originados pelo Banco Cruzeiro do Sul S/A, relativos a créditos consignados em folha de pagamento para funcionários públicos e aposentados / pensionistas do INSS e, complementarmente, operações de crédito para empresas do <i>middle market</i>;Ativos remanescentes: títulos do Tesouro Nacional ou Banco Central do Brasil (BACEN); créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; títulos de emissão de Estados e Municípios; cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto cotas do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);												
Nível de Concentração	<ul style="list-style-type: none">Na aquisição de direitos creditórios decorrentes das operações de <i>middle market</i>, o Fundo observará o limite de concentração de 3% do patrimônio líquido do Fundo para cada sacado;Na aquisição de créditos consignados em folha de pagamento, o Fundo possui Limites de Concentração por Entes Públicos Conveniados e Sacados. Os Entes Públicos Conveniados são agrupados, de acordo com as fontes pagadoras dos salários dos Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas. A cada Fonte Pagadora corresponde um Grupo de Entes Públicos Conveniados, observado, no entanto que, nos termos do Regulamento e para fins de avaliação de concentração, o INSS, que é uma autarquia federal e que tem como Fonte Pagadora a União Federal, é considerado, isoladamente, um Grupo de Entes Públicos Conveniados, com regras próprias de concentração e Fonte Pagadora autônoma. Assim, são entendidas como fontes pagadoras: (a) União Federal; o Distrito Federal; os Estados da Federação (cada Estado é considerado, individualmente, uma fonte pagadora); os Municípios da Federação (cada Município também é considerado, individualmente, uma fonte pagadora), e o INSS.O Fundo terá apenas 4 grupos de Entes Públicos Conveniados, com maior concentração de direitos creditórios em relação ao PL do Fundo (os "Grupos de Entes Concentrados"). Esses Grupos de Entes Concentrados atenderão aos Índices máximos abaixo definidos (na tabela abaixo, o Índice de concentração corresponde ao percentual obtido, ao se fazer a divisão do somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios pelo PL do Fundo): <table><tr><th>Grupos de Entes Públicos Conveniados por ordem decrescente de Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados</th><th>Índices Máximos de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados</th></tr><tr><td>1º Grupo da Fonte Pagadora União Federal (excluído o INSS)</td><td>70,00%</td></tr><tr><td>2º Exclusivamente o INSS</td><td>100,00%</td></tr><tr><td>3º Grupo</td><td>50,00%</td></tr><tr><td>4º Grupo</td><td>50,00%</td></tr></table> <ul style="list-style-type: none">Concentração dos Demais Entes Para todos os demais Entes Públicos Conveniados (os "Demais Entes"), cujas fontes pagadoras não estejam integrando os Grupos de Entes concentrados, acima mencionados, suas fontes pagadoras terão, cada uma delas, limite máximo de concentração (assim entendido o percentual obtido ao se fazer divisão do somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios relativos a cada uma das fontes pagadoras desses Demais Entes pelo PL do Fundo) de 3,90%.			Grupos de Entes Públicos Conveniados por ordem decrescente de Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados	Índices Máximos de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados	1º Grupo da Fonte Pagadora União Federal (excluído o INSS)	70,00%	2º Exclusivamente o INSS	100,00%	3º Grupo	50,00%	4º Grupo	50,00%
Grupos de Entes Públicos Conveniados por ordem decrescente de Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados	Índices Máximos de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados												
1º Grupo da Fonte Pagadora União Federal (excluído o INSS)	70,00%												
2º Exclusivamente o INSS	100,00%												
3º Grupo	50,00%												
4º Grupo	50,00%												
Subordinação	<ul style="list-style-type: none">Mínimo de 30% do PL do Fundo.												
Benchmark	<ul style="list-style-type: none">118% do CDI para a 2ª série;												
Prazo	<ul style="list-style-type: none">36 meses (2ª Série);												
Nº de cotistas 30/06/2009	<ul style="list-style-type: none">Cotas Seniores (6) / Cotas Subordinadas (1)												

Regulamento 19/06/2008

Rating

Classe / Série	2T09 (atual)	1T09	4T08	Fev/06 (inicial)
Sênior / 2ª	AA+	AA+	AA+	AA
	Estável	Estável	Estável	Estável

Validade do Rating: 30/nov/2009

Analista

Rodrigo Indiani	Pablo Mantovani
Tel.: 55 11 3377 0704	Tel.: 55 11 3377 0704
rodrigo.indiani@austin.com.br	pablo.mantovani@austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 04 de agosto de 2009, afirmou o rating **AA+** (duplo A mais) e a perspectiva **estável** para a 2ª série das Cotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BCSul Verax Multicred Financeiro (FIDC MULTICRED / Fundo), lastreado em direitos creditórios originados pelo Banco Cruzeiro do Sul S/A. Este monitoramento refere-se ao 2º trimestre de 2009 (abril, maio e



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS



Relatório de Monitoramento

04/ago/2009

junho de 2009).

O *rating* está fundamentado na elevada proteção para as cotas seniores, por meio de subordinação de cotas, no histórico de desempenho do Fundo, combinado à manutenção da estrutura e das características gerais das operações do FIDC MULTICRED, quanto aos tipos de títulos e direitos creditórios e demais papéis permitidos para compor sua carteira.

As principais variáveis de risco do Fundo foram mantidas, notadamente o elevado nível de proteção, por meio de cotas subordinadas, o perfil de risco dos direitos creditórios, os bons critérios de elegibilidade e parâmetros de concentração. Os créditos que lastreiam o FIDC resultam das operações financeiras realizadas pelo Banco Cruzeiro do Sul (BCSul), incluindo, na maior parte, créditos consignados. Além dos créditos originados pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A., o regulamento do FIDC MULTICRED permite a aquisição de recebíveis originados pelas empresas do Grupo e demais instituições financeiras autorizadas a operar pelo BACEN, notadamente créditos para empresas do *middle market*, porém, a participação neste tipo de crédito tem sido reduzida.

Ainda que o regulamento estabeleça um PL de cotas subordinadas de, no mínimo, 30% do PL do Fundo, sua participação tem sido superior a 90% do PL. Tal patamar é muito superior ao nível de inadimplência dos direitos creditórios que lastreiam o Fundo. O total de créditos vencidos e não pagos sobre o PL do Fundo tem se mantido em patamar inferior a 2% do PL.

Cabe salientar a boa abertura de informações enviadas pelo Gestor do Fundo, no que se refere aos níveis de concentração, pré-pagamento, prazo médio dos direitos creditórios, entre outras informações. No final do 2º trimestre de 2009, os Entes Federais (1º Grupo) representavam 12,5% do PL do Fundo podendo, de acordo com o regulamento chegar até 70% de concentração. Na mesma data, o INSS (2º Grupo) representava 16,17% do PL com limite máximo de até 100% do PL. Os demais Grupos (3º e 4º - Entes Estaduais da Paraíba e Entes Estaduais do Distrito Federal), que podem representar individualmente até 50% do PL do Fundo, representavam, no final de jun/09, respectivamente, 2,21%, 1,95% e 4,93%. Os direitos creditórios sacados contra pessoas jurídicas, que podem representar até 98% do PL do Fundo, representavam, em jun/09, 4,93%.

Para todos os demais Entes Públicos Conveniados (os "Demais Entes"), cujas fontes pagadoras não estejam integrando os Grupos de Entes acima mencionados, possuem limite máximo de concentração de 3,90%. Em jun/09, o maior Ente conveniado, excluindo-se os Grupos mencionados, representava 1,03% do PL do Fundo.

No 2º trimestre de 2009, o volume de créditos pré-pagos representou menos de 1% do PL do Fundo e o prazo médio dos direitos creditórios situou-se por volta de 1.350 dias. As cotas seniores atingiram a meta de rentabilidade, de 118% do CDI, sendo que para o cálculo da rentabilidade desta classe de cotas a Austin Rating expurgou o efeito da amortização. As cotas subordinadas não possuem meta de rentabilidade.

A maior parte do PL é composta por direitos creditórios (quase 50% do PL do Fundo), seguido por cotas subordinadas de fundos de investimento em direitos creditórios não classificadas pela Austin Rating, a maior parte do próprio administrador (BCS Verax CCII, BCS CPP 60, BCS CPP 120, BCS CPP 180, Maxcred, Maxcred II) e CDBs do Banco Cruzeiro do Sul.

Como fator em observação, a Austin Rating mantém a notificação, no que se refere ao desenquadramento do volume de direitos creditórios, que ficou abaixo de 50% do PL do Fundo, representando 47,2%, 48,3% e 47,7% no encerramento dos meses de abril, maio e junho de 2009, respectivamente. A participação de CDBs do Banco Cruzeiro do Sul (originador dos créditos e classificado com *rating A-* com a Austin) diminuiu de forma gradual ao longo do 2º trimestre de 2009, encerrando jun/09 com 17,8% de participação no PL (no final de mar/09 representava 31,4%).

	Parâmetro	Jan/09	Fev/09	Mar/09
PL em cotas Subordinadas	Mínimo 30%	enquadrado	enquadrado	enquadrado
Créditos / PL	Mínimo de 50%	desenquadrado	desenquadrado	desenquadrado
Benchmark Cota Sênior (2ª série)	118% do CDI	enquadrado	enquadrado	enquadrado



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

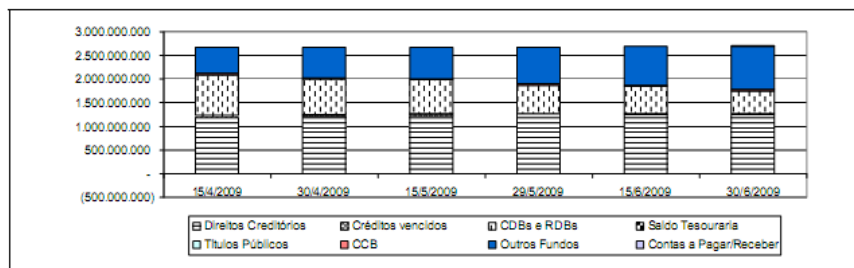


Relatório de Monitoramento

04/ago/2009

Posição da Carteira e % do PL											
Titulos/Datas	15/4/2009	%	30/4/2009	%	15/5/2009	%	29/5/2009	%	15/6/2009	%	30/6/2009
Direitos Creditórios	1.194.567.122	44,6	1.215.056.143	45,1	1.238.080.511	46,1	1.265.573.311	47,0	1.257.286.404	46,5	1.257.706.180
Créditos vencidos	38.939.160	1,5	29.585.560	1,1	32.715.566	1,2	6.654.163	0,2	12.736.551	0,5	8.781.749
Total Dir. Creditórios	1.233.506.282	46,0	1.244.641.704	46,2	1.270.796.078	47,4	1.272.227.474	47,2	1.270.022.955	46,9	1.266.487.928
Titulos Públicos	19.257	0,0	19.338	0,0	19.412	0,0	19.487	0,0	19.561	0,0	19.636
CCB	27.792.503	1,0	28.075.672	1,0	28.453.326	1,1	28.743.546	1,1	29.132.649	1,1	29.468.959
Outros Fundos	545.354.729	20,3	650.455.504	24,2	657.160.788	24,5	777.184.051	28,8	818.527.887	30,3	917.574.995
CDBs e RDBs	863.295.091	32,2	753.289.929	28,0	710.083.512	26,5	600.179.664	22,3	572.540.091	21,2	484.174.669
Contas a Pagar/Receber	(2.722.869)	-0,1	880.575	0,0	2.165.620	0,1	2.095.701	0,1	779.141	0,0	5.667.088
Saldo Tesouraria	35.123	0,0	5.719	0,0	4.903	0,0	4.820	0,0	4.956	0,0	5.966
Total Geral da Carteira	2.667.280.116	99,5	2.677.368.441	99,5	2.668.683.639	99,5	2.680.454.742	99,5	2.691.027.240	99,5	2.703.399.243
PDD	(9.212.556)	-0,3	(8.560.550)	-0,3	(8.560.550)	-0,3	(8.990.889)	-0,3	(8.990.889)	-0,3	(10.134.205)

Composição da Carteira



Posição do PL								
Data	Cota Sênior			Cota Subordinada			% do PL	\$ Total do PL
	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total		
30/6/2009	8.211	4.708,94	38.667.014	249.895	10.716,68	2.678.049.448	98,58%	2.716.716.462
29/5/2009	8.211	4.667,31	38.325.233	249.895	10.629,99	2.656.385.057	98,58%	2.694.710.290
30/4/2009	8.211	6.938,14	56.971.955	249.895	10.543,92	2.634.876.184	97,88%	2.691.848.140
31/3/2009	8.211	6.870,07	56.413.003	249.895	10.459,96	2.613.896.302	97,89%	2.670.309.305
27/2/2009	8.211	6.792,11	55.772.786	249.895	10.334,26	2.582.482.509	97,89%	2.638.255.295
30/1/2009	8.211	8.965,86	73.622.358	249.895	10.278,33	2.568.507.591	97,21%	2.642.129.950
31/12/2008	8.211	8.856,41	72.723.626	249.895	10.189,84	2.546.392.758	97,22%	2.619.116.384
28/11/2008	8.211	8.741,79	71.782.411	240.474	14.227,41	3.421.323.824	97,95%	3.493.106.235
31/10/2008	8.211	10.800,11	88.684.167	240.474	14.308,23	3.440.757.877	97,49%	3.529.442.044
30/9/2008	8.211	10.652,41	87.471.332	240.474	13.094,55	3.148.898.981	97,30%	3.236.370.313
29/8/2008	8.211	10.516,30	86.353.700	240.474	12.918,87	3.106.653.593	97,30%	3.193.007.293
31/7/2008	8.211	12.470,38	102.399.445	232.570	12.805,94	2.978.274.906	96,68%	3.080.674.351



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

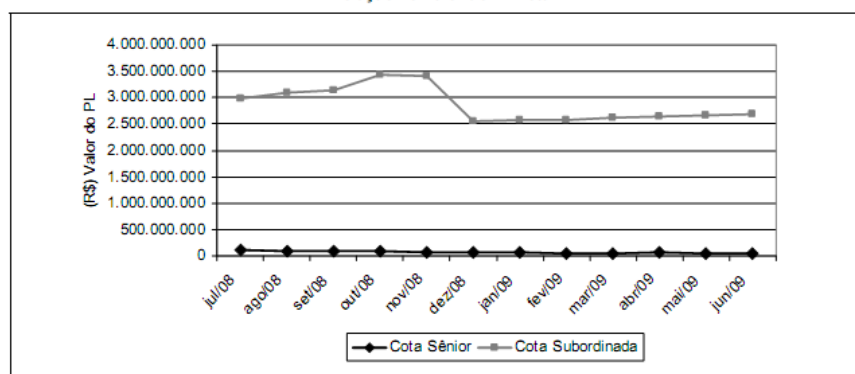
verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS



Relatório de Monitoramento

04/ago/2009

Evolução no Valor do PL Total



Rentabilidade Mensal da Cota					
Data	CDI (%)	Cota Sênior		Cota Subordinada	
		Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI
30/6/2009	0,76	0,89	118,07	0,82	107,98
29/5/2009	0,77	0,91	118,08	0,82	106,44
30/4/2009	0,84	0,99	118,08	0,80	95,65
31/3/2009	0,97	1,15	118,10	1,22	125,15
27/2/2009	0,85	1,01	118,08	0,54	63,80
30/1/2009	1,05	1,24	118,10	0,87	83,00
31/12/2008	1,11	1,31	118,02	-28,38	-2554,35
28/11/2008	1,00	1,18	118,10	-0,56	-56,67
31/10/2008	1,17	1,39	118,11	9,27	789,56
30/9/2008	1,10	1,29	118,11	1,36	124,10
29/8/2008	1,01	1,20	118,11	0,88	87,07
31/7/2008	1,06	1,25	118,11	0,47	44,48



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

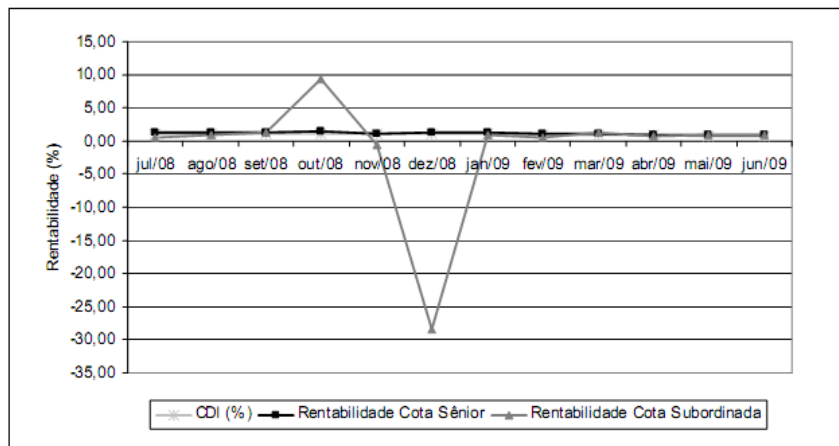
verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

AUSTIN
RATING

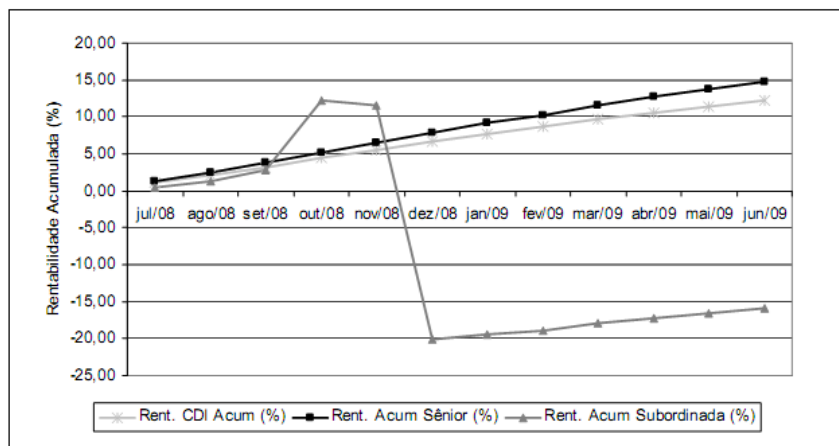
Relatório de Monitoramento

04/ago/2009

Rentabilidade



Rentabilidade Acumulada





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS



Relatório de Monitoramento

04/ago/2009

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é írisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O **rating** pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de **rating** e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.